

BOLETIM

DA EDUCAÇÃO

2023



FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE
AMPARO A ESTUDOS E
PESQUISAS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zaluth Barbalho

Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA)

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias

Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Jurandir Sebastião Tavares Sidrim

Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari

Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE
AMPARO A ESTUDOS E
PESQUISAS



EXPEDIENTE

Diretor-Presidente

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Coordenadora de Estudos Sociais

Alana Maria Ferreira Borges

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves

EQUIPE TÉCNICA

Alana Maria Ferreira Borges

Ana Cláudia Guedes Fernandes

Elisandro Ribeiro da Costa

Gabriela da Costa Araújo

Marcelo Santos Chaves

Marcílio da Silva Matos

Raimundo Victor Oliveira Santos

Revisão Ortográfica

Juliana Cardoso Saldanha

Wagner Santos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

F981b Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA)
Boletim da Educação 2023 / Diretoria de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural. – Belém, 2023
54 f.: il.

Inclui referências

1. Educação - Pará. 2. Indicadores. I. FAPESPA. II. Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. III. Título.

CDD: 23 ed. 370.5

Elaboração:
Andréa C. S. Corrêa
CRB-2/1148

TABELAS

Tabela 1 – Percentuais de estudantes por níveis de proficiência em leitura no Brasil e na OCDE, em 2018.	11
Tabela 2 – Percentuais de estudantes por níveis de proficiência em matemática no Brasil e na OCDE, em 2018.	11
Tabela 3 – Percentuais de estudantes por níveis de proficiência em ciência no Brasil e na OCDE, em 2018.	12
Tabela 4 – Número de matrículas da educação básica, por etapa de ensino, no Pará (2020–2021).	19
Tabela 5 – Número de matrículas da educação básica, por cor/raça, no Pará (2020–2021).	20
Tabela 6 – Número de matrículas da educação básica, por sexo, no Pará (2020–2021).	21
Tabela 7 – <i>Ranking</i> dos dez municípios com maior número de matrículas da educação básica, no Pará (2020–2021).	21
Tabela 8 – Número de matrículas da educação infantil, por etapa de ensino, no Pará (2020–2021).	23
Tabela 9 – <i>Ranking</i> dos dez municípios com maior número de matrículas da educação infantil, no Pará (2020–2021).	24
Tabela 10 – Número de matrículas do ensino fundamental, por etapa de ensino, no Pará (2020–2021).	25
Tabela 11 – <i>Ranking</i> dos dez municípios com maior número de matrículas do ensino fundamental, no Pará (2020–2021).	26
Tabela 12 – Número de matrículas do ensino médio, por etapa de ensino, no Pará (2020–2021).	32
Tabela 13 – <i>Ranking</i> dos dez municípios com maior número de matrículas no ensino médio, no Pará (2020–2021).	33
Tabela 14 – Número de cursos na educação superior, por modalidade de ensino, no Pará (2017–2021).	39
Tabela 15 – Número de matrículas na educação superior, por grau acadêmico, no Pará (2017–2021).	40
Tabela 16 – Número de matrículas na educação superior, por modalidade, no Pará (2017–2021).	40
Tabela 17 – Número de matrículas na educação superior, por cor/raça, no Pará (2017–2021).	41
Tabela 18 – Número de matrículas na educação superior, por sexo, no Pará (2017–2021).	41
Tabela 19 – <i>Ranking</i> dos dez municípios paraenses com maior número de matrículas na educação superior (2021).	42
Tabela 20 – Número de matrículas na educação superior, por tipo de financiamento estudantil, no Pará (2020–2021).	43
Tabela 21 – Descritivo técnico das variáveis a serem empregadas no cálculo dos coeficientes ρ	46
Tabela 22 – Matriz de correlações: coeficiente ρ Pearson, Oriximiná, Paragominas, Vitória do Xingu.	47

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pontuações de proficiência dos estudantes brasileiros nas edições do Pisa, na série histórica 2012–2018.	10
Gráfico 2 – Proporção dos gastos com educação em relação ao PIB – Brasil x Pará (2013–2020)	13
Gráfico 3 – Série histórica do número de unidades básicas de ensino fundamental, no estado Pará – 2008–2021.	14
Gráfico 4 – Série histórica do número de unidades básicas de ensino médio, no estado Pará – 2008–2021.	14
Gráfico 5 – Evolução do número de matrículas da educação básica e sua proporção em relação à população – Pará (2017–2021).	18
Gráfico 6 – Evolução do número de matrículas na educação infantil e sua proporção no total de matrículas da educação básica – Pará (2017–2021).	23
Gráfico 7 – Evolução do número de matrículas do ensino fundamental e sua proporção no total de matrículas da educação básica – Pará (2017–2021).	25
Gráfico 8 – Evolução da taxa de aprovação do ensino fundamental – BR x PA (2017–2021).	27
Gráfico 9 – Evolução da taxa de evasão do ensino fundamental – BR x PA (2017–2021).	27
Gráfico 10 – Evolução do IDEB real e projetado para os anos iniciais do ensino fundamental – PA (2007–2021).	28
Gráfico 11 – Evolução do IDEB real e projetado para os anos finais do ensino fundamental – PA (2007–2021).	29
Gráfico 12 – Evolução do número de matrículas do ensino médio e sua participação no total de matrículas da educação básica – Pará (2017–2021).	31
Gráfico 13 – Evolução da taxa de aprovação do ensino médio – BR x PA (2017–2021).	35
Gráfico 14 – Evolução da taxa de evasão do ensino médio – BR x PA (2017–2021).	36
Gráfico 15 – Evolução do IDEB real e projetado do ensino médio – PA (2017–2021).	37
Gráfico 16 – Evolução do número de matrículas na educação superior e sua proporção em relação à população do estado – Pará (2017–2021).	38
Gráfico 17 – Evolução do IDEB nos anos finais do ensino fundamental de Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu x Pará – 2007–2021.	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 EDUCAÇÃO BÁSICA	155
2.1 Educação Infantil.....	222
2.2 Ensino Fundamental	244
2.3 Ensino Médio	299
3 EDUCAÇÃO SUPERIOR	388
4 OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	433
4.1 Oriximiná: Indicadores Socioeconômicos e de Bem-Estar	477
4.2 Paragominas: Indicadores Socioeconômicos e de Bem-Estar	488
4.3 Vitória do Xingu: Indicadores Socioeconômicos e de Bem-Estar	499
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, explicitaremos o objeto de estudo do Boletim da Educação 2023, partindo da premissa de que a educação no território brasileiro é um direito humano básico e representa um dos fundamentos para a garantia dos demais direitos ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, ao exercício da cidadania e à inserção no mercado de trabalho, chancelado na Constituição Federal Brasileira de 1988 (Art. 205). Em um cenário global, a educação está caracterizada como um direito desafiador, tanto que nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), é considerada como essencial para efetivação da sustentabilidade no planeta. Para resposta a esse desafio, parte-se do pressuposto da efetivação de uma metamorfose nas pessoas, com a geração de uma mentalidade crítica, com atitudes e comportamentos de mudança; para tanto, a consumação de um processo educacional para todos, que seja equitativo, inclusivo e de qualidade, faz-se essencial (IPEA, 2023).

A política de educação garantida pelo estado do Pará está disposta no feito dos 17 ODS, da Agenda 2030, substanciando suas ações a partir do ODS 4, que visa “*assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*”. Esse processo, desde logo, se estabelece na institucionalização dos instrumentos legais de planejamento do estado, como o Plano Plurianual do estado do Pará (PPA 2020 –2023)¹, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), considerando as especificidades das Regiões de Integração (RIs) paraenses (PARÁ, 2020).

Perante o exposto, o Boletim da Educação 2023 é uma comunicação que objetiva disponibilizar informações acerca do movimento conjuntural dos indicadores que sinalizam o desenvolvimento da educação no estado. Desse modo, acreditamos ser pertinente nesse preâmbulo, tomarmos um panorama mais global para uma análise que nos mostre, de forma concisa, a dimensão estrutural dos desafios da educação no país. Assim, partiremos das reflexões do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que realiza exames para averiguar o que os/as estudantes sabem em relação à leitura, matemática e ciências, além de verificar o que os referidos estudantes podem realizar com o que sabem. Afirma-se que o Pisa efetiva a avaliação internacional, abrangente e rigorosa, com resultados de aprendizagem dos/as

¹ O Plano Plurianual 2020–2023 foi o primeiro instrumento de planejamento estadual que alinou programas e metas aos ODSs, aproximando os esforços da ação governamental à Agenda 2030, em todos os poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário (PARÁ, 2020, p. 17).

estudantes, ao envolver 34 países e trabalhar com o público de estudantes de 15 anos de idade matriculados a partir do sétimo ano de estudo, ou seja, aqueles próximos à conclusão da educação básica. Esses resultados explicados pelo Programa indicam a qualidade e a equidade na aprendizagem, alcançados em todo o planeta.

Quando verificamos os dados disponibilizados pelo Pisa referentes à série histórica de avaliações realizadas em 2012, 2015 e 2018, a respeito do letramento em leitura², matemática³ e ciência⁴ dos estudantes brasileiros, destaca-se uma performance abaixo da média dos/as jovens do país nas três matérias e na sequência dos anos em análise, em comparação aos/as alunos/as de países da OCDE.

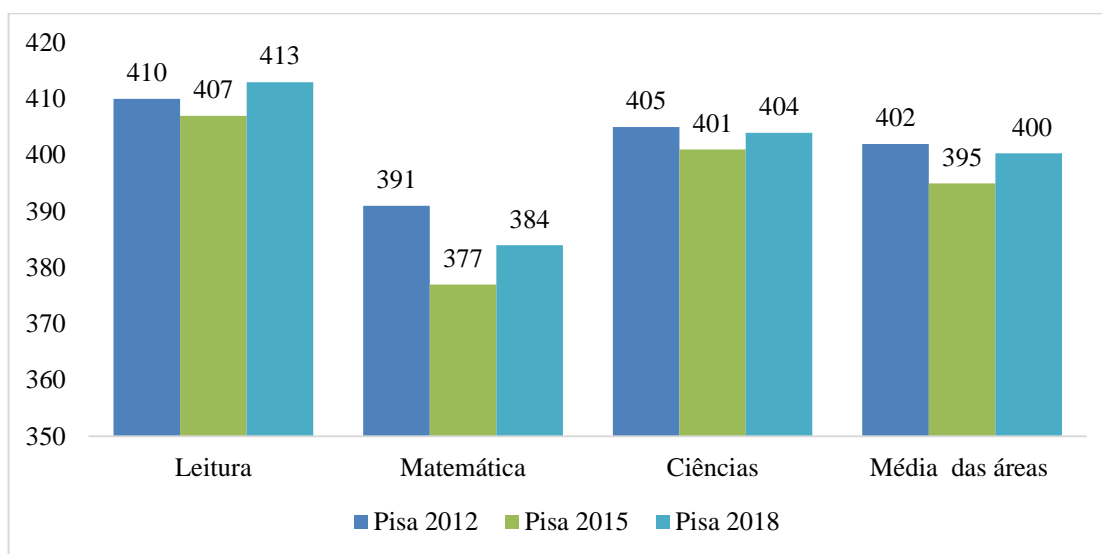
Quando analisada a escala de proficiência utilizada pelo referido programa, a média de pontuação em que se encontra o Brasil estará vinculada aos estudantes que conseguiram atingir os níveis 2 e 1 na avaliação, com uma média de 402 em leitura, 395 em matemática e 400 em ciência. A partir do gráfico abaixo, podemos perceber algumas variações, principalmente no ano de 2015, que apresentou menores médias de pontuação nas três disciplinas (leitura - 407, matemática - 377 e ciência - 401), em comparação com 2012 e 2018.

² O **letramento em leitura** refere-se a compreender, usar, avaliar, refletir sobre e envolver-se com textos, a fim de alcançar um objetivo, desenvolver conhecimento e potencial e participar da sociedade (OECD, 2019a in Relatório Nacional Pisa, 2018; p. 51).

³ **Letramento em matemática** é a capacidade de formular, empregar e interpretar a matemática em uma série de contextos, o que inclui raciocinar matematicamente e utilizar conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticos para descrever, explicar e prever fenômenos. Isso ajuda os indivíduos a reconhecer o papel que a disciplina desempenha no mundo e faz com que cidadãos construtivos, engajados e reflexivos possam fazer julgamentos bem fundamentados e tomar as decisões necessárias (OECD, 2019a in BRASIL, 2020, p.100).

⁴ **Letramento científico** é a capacidade de se envolver com questões relacionadas com a ciência e com a ideia da ciência, como cidadão reflexivo. Uma pessoa letrada cientificamente, portanto, está disposta a participar de discussão fundamentada sobre ciência e tecnologia, o que exige as competências de: 1. explicar fenômenos cientificamente - reconhecer, oferecer e avaliar explicações para uma gama de fenômenos naturais e tecnológicos; 2. avaliar e planejar investigações científicas -: descrever e avaliar investigações científicas e propor formas de abordar questões cientificamente; 3. interpretar dados e evidências cientificamente - analisar e avaliar dados, afirmações e argumentos em uma variedade de representações, e tirar conclusões científicas apropriadas (OECD, 2019a in BRASIL, 2020, p. 122).

Gráfico 1 – Pontuações de proficiência dos estudantes brasileiros nas edições do Pisa, na série histórica 2012–2018.



Fonte: Relatório Nacional Pisa 2012, 2015 e 2018.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2023.

Olhando mais especificamente para o ano de 2018, por sua maior proximidade com os nossos dias, vemos que a leitura foi o foco principal da avaliação do Pisa. Verificamos que a média de proficiência dos/as estudantes do Brasil foi de 413 pontos, o que representou 74 pontos abaixo da média dos estudantes dos países da OCDE (487).

Em relação à avaliação de 2015, houve um acréscimo de 6 pontos e, em relação a 2012, de 3 pontos de diferença. Observando a tabela abaixo, vemos que, aproximadamente, 51% dos estudantes brasileiros estavam no nível 1 e 2 do letramento em leitura, contrastando com 38,7% dos/as estudantes dos países da OCDE nos mesmos níveis. Percebe-se que os percentuais brasileiros são para os níveis mais baixos, tanto que somente 0,2% dos estudantes conseguiram chegar ao nível 6, enquanto que 0,4% foram identificados abaixo de 1c. Os/as estudantes abaixo do nível de proficiência no nível 2, via de regra, apresentam dificuldades quando se apresentam aos mesmos materiais circunscritos e não familiares, necessitando de orientações para elucidação do texto. Ressalta-se que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) consideram a proficiência no nível 2 como “nível mínimo de proficiência”, meta que se deve garantir que as crianças alcancem até o final do Ensino Médio.

Tabela 1 – Percentuais de estudantes por níveis de proficiência em leitura no Brasil e na OCDE, em 2018.

LEITURA			
NÍVEL	ESCORE MÍNIMO	OCDE	BRASIL
6	698	1,3%	0,2%
5	626	7,4%	1,7%
4	553	18,9%	7,4%
3	480	26,0%	16,3%
2	407	23,7%	24,5%
1a	335	15,0%	26,7%
1b	262	6,2%	17,7%
1c	189	1,4%	5,3%
Abaixo de 1c	-	0,1%	0,4%

Fonte: Relatório Nacional Pisa 2018.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2023.

Quanto à média de proficiência em matemática dos jovens no Brasil, em 2018, foi observada pontuação de 384 pontos, inferior à média dos estudantes dos países da OCDE (492) que marcaram 108 pontos a mais. Quanto aos percentuais de estudantes por níveis de proficiência em matemática no Brasil e da OCDE, em 2018, registramos que 45,3% ficaram entre os níveis de proficiência 2 e 1, com 27,1% no nível 1. Além disso, 41% ficaram abaixo do nível 1, isto representando os/as alunos/as que conseguem concluir algumas tarefas de matemáticas diretas e fáceis.

Tabela 2 – Percentuais de estudantes por níveis de proficiência em matemática no Brasil e na OCDE, em 2018.

MATEMÁTICA			
NÍVEL	ESCORE MÍNIMO	OCDE	BRASIL
6	669	2,4%	0,1%
5	607	8,5%	0,8%
4	545	18,5%	3,4%
3	482	24,4%	9,3%
2	420	22,2%	18,2%
1	358	14,8%	27,1%
Abaixo de 1	-	9,1%	41,0%

Fonte: Relatório Nacional Pisa 2018.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2023.

Concernente aos/às estudantes em Ciências, sobre a média de proficiência no ano de 2018, a pontuação foi de 404 pontos, estando 85 pontos abaixo da média dos estudantes dos países da OCDE (489). Novamente, o comportamento dos percentuais estava do nível 2 para

baixo, correspondendo a 56,7% entre os níveis 2 e 1a, 4% abaixo de 1b e 0% no nível máximo (06) de proficiência.

Tabela 3 – Percentuais de estudantes por níveis de proficiência em ciência no Brasil e na OCDE, em 2018.

CIÊNCIA			
NÍVEL	ESCORE MÍNIMO	OCDE	BRASIL
6	708	0,8%	0,0%
5	633	5,9%	0,8%
4	559	18,1%	4,6%
3	484	27,4%	13,9%
2	410	25,8%	25,3%
1a	335	16,0%	31,4%
1b	261	5,2%	19,9%
Abaixo de 1b	-	0,7%	4,0%

Fonte: Relatório Nacional Pisa 2018.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2023.

Esse cenário educacional do Brasil, revelado pelos dados do Pisa, demonstram os parâmetros de como se estabelece o analfabetismo funcional no país, ou seja, a proporção de incapacidades que as pessoas apresentam no momento em que não compreendem textos acessíveis e só conseguem resolver operações matemáticas simples (quando conseguem). Esse quadro representa um descumprimento de garantia ao direito básico da educação, reverberando no pleno exercício da cidadania e na oportunidade à experiência produtiva sustentável.

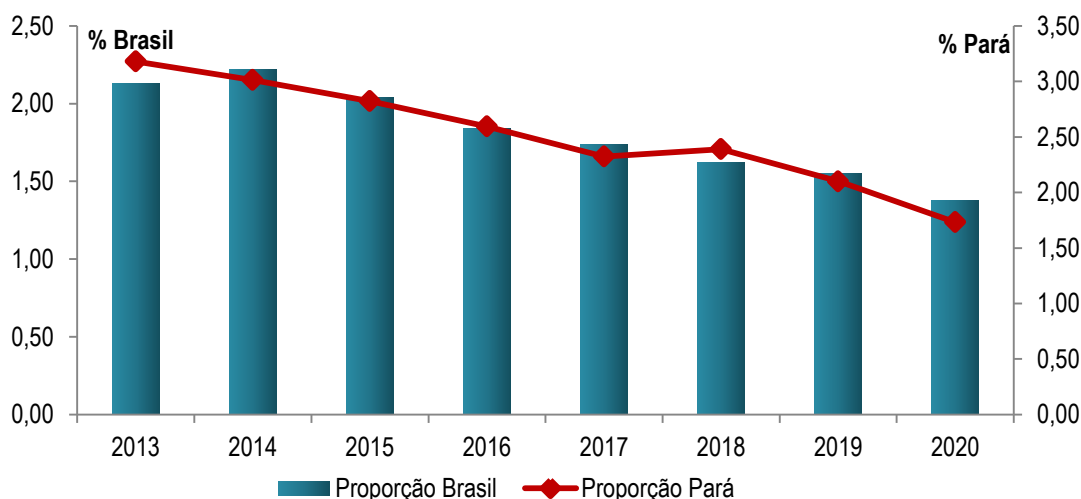
Corroborando com essa paisagem social da educação no país, no período de 2020 a 2021, tivemos uma crise sanitária em escala global, com a pandemia do vírus da Covid-19, reconfigurando todos os âmbitos da vida, em que, no contexto educacional, materializou-se através da substituição das aulas presenciais por outras modalidades de ensino (remota, híbridas, EaD, etc.) durante um período prolongado de isolamento, alterando, expressivamente, o lugar de aprendizagem e exigindo rápida adaptação com os ambientes virtuais, o que contribuiu para o agravamento do déficit educacional no país.

Posterior aos 12 meses pandêmicos, o exposto educacional era de 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos fora da escola ou sem atividades escolares, sendo 40% crianças entre 6 a 10 anos, correspondendo a 13% da população dessa faixa etária no Brasil. Salienta-

se que, desde 2019, é estimado que 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória estavam fora da escola (UNICEF, 2021).

Baseado na perspectiva de investimentos do estado brasileiro na educação, observa-se, a partir do gráfico abaixo, a proporção dos gastos em relação ao Produto Interno Bruto – PIB referente ao Brasil e ao Pará, em uma série histórica de 2013 e 2020, em que se identifica que, no ano de 2013, 2,5% do PIB eram destinados à educação no país, havendo um decréscimo paulatino no decorrer dos anos no percurso histórico aqui analisado. No cenário paraense do ano de 2020, esse investimento correspondia a 1,73% dos gastos, mas, em comparação ao território brasileiro, o estado foi superior, pois o Brasil registrava, no período, 1,38% de gastos.

Gráfico 2 – Proporção dos gastos com educação em relação ao PIB – Brasil x Pará (2013–2020).



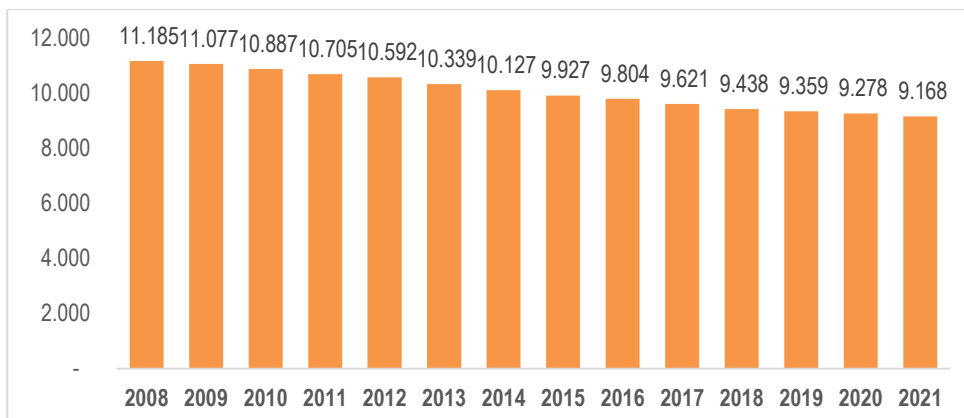
Fonte: Finbra/STN e IBGE, 2020.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA a preços de dez/2020.

Nesse movimento dos gastos públicos com a educação no Pará, referente à cobertura de unidades educacionais do ensino fundamental, pode ser observado o mesmo decréscimo de gastos supracitados a partir do gráfico 5, em que, na trajetória histórica de 2008 a 2021, percebe-se redução permanente a cada ano na quantidade de escolas de educação fundamental no estado. No ano de 2008, o Pará registrava 11.185 unidades de educação e, em 2021, esse número estava em 9.168 espaços.

Gráfico 3 – Série histórica do número de unidades básicas de ensino fundamental, no estado do Pará – 2008–2021.



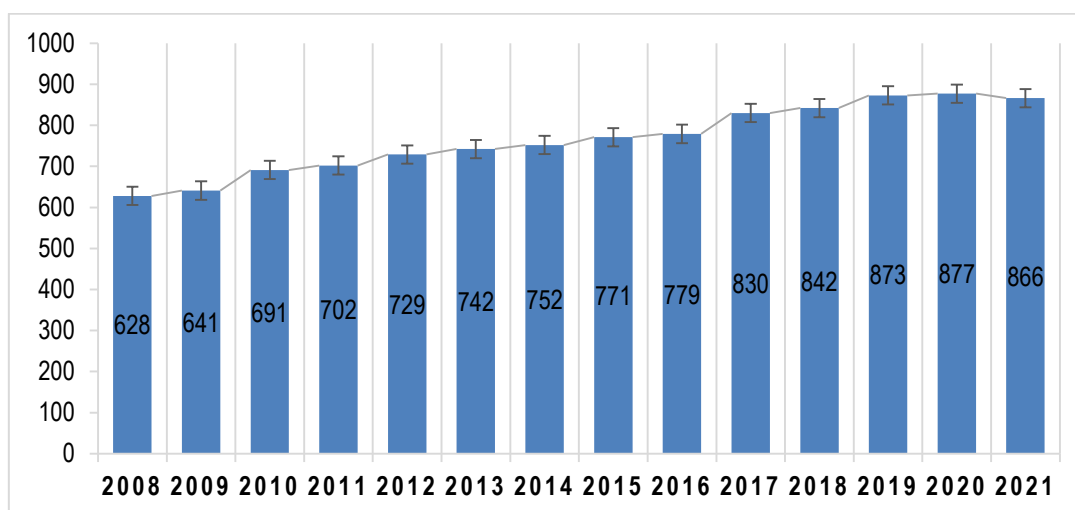
Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2021.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2023.

Para o ensino médio, veremos um movimento diferente, sabendo que o quantitativo de unidades educacionais do ensino médio é inferior aos do ensino fundamental. Assim, no ano de 2008, foi registrado o número de 628 escolas de ensino médio e, no ano de 2021, foi registrada a existência de 866 unidades educacionais no estado. No biênio 2016 a 2017, foi identificado um acréscimo de mais de 1.600 escolas dessa etapa no Pará.

Esse percurso panorâmico alinha as contribuições que se seguem acerca dos indicadores da educação no estado no Pará, em relação à educação básica, ensino médio e ensino superior, com uma análise socioeconômica da educação básica no estado.

Gráfico 4 – Série histórica do número de unidades básicas de ensino médio, no estado do Pará – 2008–2021.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2021.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2023.

2 EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação no Brasil é formalmente estabelecida na Constituição Federal enquanto direito social destinado a todos os brasileiros, bem como dever do Estado e da família, com o objetivo de obter o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Desse modo, interpreta-se que o alcance de uma educação de qualidade implica no gozo e manifestação política relacionados a outros direitos sociais próprios do cidadão brasileiro.

A obrigatoriedade do ensino recai constitucionalmente para o Estado, obedecendo, entre outros fatores, o princípio da gratuidade em estabelecimentos oficiais e a garantia da educação básica; o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência; a educação infantil; o acesso aos níveis mais elevados do ensino; a oferta do ensino noturno regular; e o atendimento suplementar de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, acarretando responsabilidade da autoridade competente na ocorrência da sua oferta irregular ou o seu não oferecimento.

No nosso país, a educação é regulamentada principalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que disciplina a educação escolar definindo seus princípios, finalidades e sua organização colaborativa entre os entes federados, além de definir os níveis e modalidades de educação e ensino e a origem dos recursos públicos destinados à educação; e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição Federal, que objetiva articular a cada 10 anos o Sistema Nacional de Educação, implementando ações integradas das unidades federativas com vistas a erradicar o analfabetismo; universalizar o atendimento escolar; melhorar a qualidade do ensino; formar para o trabalho; promover o país humanística, científica e tecnologicamente; e estabelecer meta de aplicação de recursos públicos em educação (BRASIL, 2014).

A LDB define, enquanto dever do Estado, a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade⁵, organizando-a em três etapas: a) pré-escola (educação infantil); b) ensino fundamental; e c) ensino médio. O Estado também deve disponibilizar educação infantil às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; educação especializada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

⁵ A legislação brasileira, Constituição Federal e LDB asseguram a oferta gratuita a todos que não tiveram acesso na idade própria.

habilidades ou superdotação; educação escolar para jovens e adultos (EJA); alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura; e educação digital.

São previstas ainda a educação profissional técnica de nível médio, podendo ser articulada com o ensino médio ou subsequente (após a conclusão do ensino médio), destinada ao exercício de profissões; e a educação profissional e tecnológica, integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação, abrangendo cursos de formação inicial ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio, de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Outra modalidade de ensino amparada na LDB é a educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, que tem por objetivos a “recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências [...]; e o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas” (BRASIL, 1996).

O PNE, elaborado em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, atualmente, está com vigência no Brasil do ano de 2014 a 2024 (10 anos). As suas diretrizes para a educação básica incluem:

“erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria na qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que fundamenta a sociedade; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB” (BRASIL, 2014).

No estado do Pará, a educação está amparada legalmente pelo Plano Estadual de Educação (PEE), aprovado em 2015, em cumprimento da LDB, com vigência de 10 anos. Nele, ganha destaque a exigência de contemplar o direito à educação, no contexto paraense, representado por segmentos populacionais múltiplos, dentre os quais a população da cidade, do campo, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, assentados, etc.; contudo, ainda é precária a disponibilização de dados de indicadores que mostrem um cenário mais abrangente da temática, de modo a contextualizar em detalhes cada uma destas especificidades.

A aferição da qualidade da educação básica é realizada de forma objetiva com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado a partir dos dados do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), combinando

informações sobre rendimento escolar (aprovação) e desempenho dos alunos concluintes do ensino fundamental e médio, conforme disposto no decreto nº 6.094/2007.

O IDEB é utilizado para verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão e, dessa maneira, contribui para detectar escolas/redes de ensino com alunos que apresentem baixa performance, bem como monitora a evolução do desempenho desses alunos. Assim, auxilia na elaboração de programas de desenvolvimento educacional voltados para essas redes de ensino (INEP, 2020).

A partir da compreensão dessas prerrogativas políticas e legais, a análise dos principais dados acerca da educação básica ganha relevância, uma vez que possibilita revelar, objetivamente, a abrangência das ações governamentais que garantem a manutenção do funcionamento escolar, em especial, a partir do quantitativo da população atendida por esse serviço, uma vez que sua estabilidade ou resultados podem ser também uma indicação de melhoria na qualificação do aluno.

Direcionando o estudo para o estado do Pará, a educação básica é apresentada neste Boletim, a partir do indicador de número de matrículas desagregadas em etapas de ensino, raça/cor, sexo e ranking dos 10 municípios com maior número de alunos matriculados, com destaque para os anos de 2020 e 2021. Os tópicos seguintes terão abordagens específicas para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, com ênfase no número de matrículas, evolução no estado e evolução do IDEB nessas etapas de ensino.

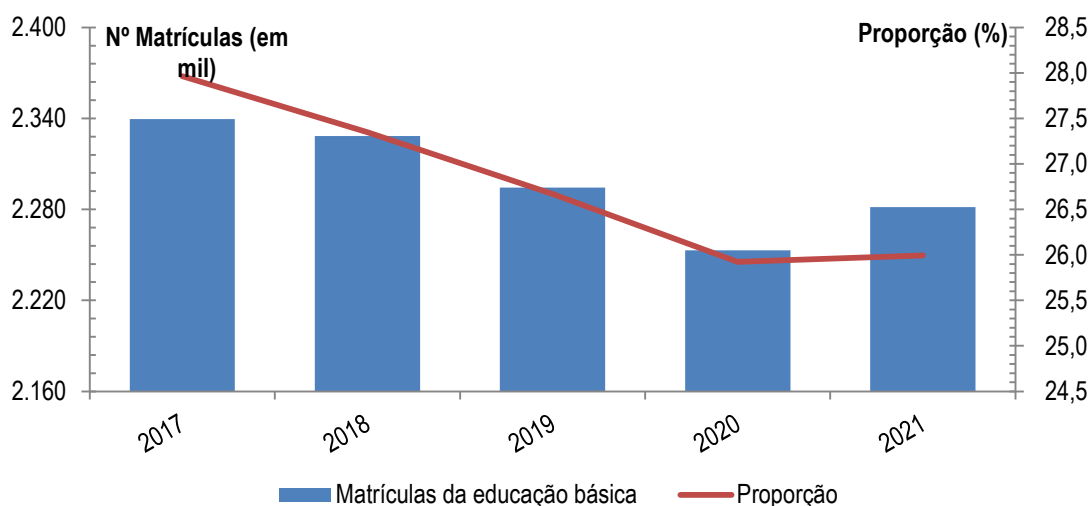
Partindo do número de matrículas na educação básica no Pará, o INEP (2021b) divulgou registro de 2.281.532 em 2021. No que se refere à localização, 71% das matrículas estiveram no âmbito urbano e 29%, no rural. Quanto à dependência administrativa, apenas 9% eram de setores privados, enquanto 91%, das esferas públicas (federal, estadual ou municipal).

Distribuídas por faixa etária, 74.388 foram destinadas a alunos/as com até 3 anos de idade; 218.579 aos de 4 a 5 anos; 1.253.874 para quem possuía de 6 a 14 anos; e 401.075 aos de 15 a 17 anos de idade. O total de matrículas ocupadas por essas faixas etárias corresponderam a 85% do total de matrículas na educação básica do estado, ratificando o público majoritário de crianças e adolescentes que exercem esse direito.

A evolução do número de matrículas no Pará, como ilustrado no gráfico abaixo, apresentou decréscimo entre os anos de 2017 e 2020, com mais intensidade neste último ano, e obteve pequena elevação somente de 2020 para 2021. A proporção em relação ao total da

população também apresentou tendência de retração, acusando 28% em 2017 e 25,9% em 2020, subindo discretamente para 26% em 2021.

Gráfico 5 – Evolução do número de matrículas da educação básica e sua proporção em relação à população – Pará (2017–2021).



Fonte: Inep/MEC, 2023.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Considerando as três etapas de ensino da educação básica, em 2020 e 2021, o ensino fundamental apresentou o maior número de matrículas, com participação de 60,92% em relação ao total de matrículas, confirmando a ocorrência de maior demanda de alunos/as nesta etapa de ensino e de instituições que a oferece. O ensino médio foi o segundo com maior quantitativo, apresentando 17,6% de participação. A educação infantil aparece em terceira colocação, com 13,51%. Seguidamente, com menores quantitativos em 2021, estiveram a EJA (160.007), educação especial (56.326), educação profissional técnica de nível médio (47.531) e educação profissional - formação inicial continuada (660), conforme a Tabela 4.

Evidencia-se que os alunos da EJA, em 4ª posição no número de matriculados, possuem idade superior àquela recomendada pela legislação para cursar a educação básica e retratam a condição de desigualdade social no âmbito educacional, constituída historicamente na população brasileira. A distribuição das matrículas da EJA em ensino fundamental e ensino médio, no Pará, apontou concentração de 69,4% nesta primeira etapa de ensino e 30,6% na segunda. Percebeu-se, ainda, que o total de matriculados no estado correspondeu a 48% do registrado na Região Norte (335.685) e 5% do índice do Brasil (2.962.322).

As variações positivas com maior destaque, entre 2020 e 2021, foram na educação profissional técnica de nível médio (10,95%), no ensino médio (10,48%) e na educação especial (6,72%). A educação profissional - formação inicial continuada (FIC) apresentou maior variação negativa nas matrículas (-35,17%), seguida da educação infantil (-3,17%), em concordância com a Tabela 4.

A educação especial no Pará ganhou evidência uma vez que obteve o maior número de matrículas em comparação com os demais estados da Região Norte, correspondente a 43,2% do total demarcado por esta unidade geográfica. A variação positiva também pode indicar melhoria no alcance da meta prevista no PNE e PEE, a qual se refere à universalização do acesso à educação básica e do atendimento especializado para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Tabela 4 – Número de matrículas da educação básica, por etapa de ensino, no Pará (2020–2021).

Educação Básica (Etapa de ensino)	Número de matrículas		Var. (%) 2021/2020	Part. (%) 2021
	2020	2021		
Total	2.252.916	2.281.532	1,2 7	-
Educação Infantil	318.301	308.213	-3,17	13,51
Ensino Fundamental	1.394.011	1.389.983	-0,29	60,92
Ensino Médio	354.447	391.603	10,48	17,16
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	42.840	47.531	10,95	2,0 8
Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC)	1.018	660	- 35,17	0,0 3
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	157.400	160.007	1,6 6	7,0 1
Educação Especial	52.779	56.326	6,7 2	2,4 7

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Referente às matrículas por raça/cor na educação básica paraense, retratada na Tabela 5, foram majoritárias as destinadas à raça/cor parda nos dois anos analisados, com participação de 45,14% em relação ao total de matrículas em 2021 e com discreta variação de -0,31% em relação ao ano anterior. Em seguida, alunos com raça/cor não declarada ocuparam

o segundo maior número de matrículas, com 44,73% de participação; porém, com tendência de crescimento, alcançaram variação de 3,49%.

A terceira colocação na somatória de matrículas ficou entre alunos da raça/cor branca, representando 7,21% do total de matriculados, mas com diminuição de 2,47% entre os anos estudados. Seguidamente, esteve a raça/cor preta (1,89% de participação), com acréscimo de 1,38% no mesmo período. Um destaque em relação a este indicador é o aumento na variação de matrículas ocupadas por indígenas (6,9%), a maior do intervalo temporal.

Uma das metas do PNE é igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao IBGE. A partir dos dados do INEP, considerando as matrículas destinadas às raças/cores declaradas, percebe-se que ainda há disparidade entre eles. Outra observação é a quantidade de não declarados, que tanto dificulta tal análise quanto pode transparecer fragilidade na coleta dos dados ou outras discussões acerca da raça/cor no ambiente escolar.

Tabela 5 – Número de matrículas da educação básica, por cor/raça, no Pará (2020–2021).

Educação (Cor/Raça)	Básica	Número de matrículas		Var. (%) 2021/2020	Part. (%) 2021
		2020	2021		
Total		2.252.916	2.281.532	1,27	0,00
Não declarado		986.049	1.020.453	3,49	44,73
Branca		168.737	164.574	2,47	7,21
Preta		42.639	43.229	1,38	1,89
Parda		1.032.976	1.029.824	0,31	45,14
Amarela		4.368	4.051	7,26	0,18
Indígena		18.147	19.401	6,91	0,85

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Arelada à igualdade de gênero, prevista nos ODS (PNUD, 2015), o qual possui como finalidade oportunizar o empoderamento feminino e favorecer maior participação das mulheres em níveis de tomada de decisões política, econômica e pública, bem como, diminuir as violências, e gerar mais oportunidade no mercado de trabalho e acesso equitativo a recursos financeiros, dentre outros, está a igualdade de acesso ao direito social da educação.

Na educação básica no Pará, no que se refere ao número de matrículas desagregadas por sexo, observou-se, na Tabela 6, que estão ocupadas, predominantemente, por alunos do

sexo masculino, com participação de 51,03% em relação ao total de 2021. Quanto à variação, o sexo feminino obteve maior indicador, com crescimento de 1,91%, e 0,67% para o público masculino entre 2020 e 2021.

Tabela 6 – Número de matrículas da educação básica, por sexo, no Pará (2020–2021).

Educação (Sexo)	Básica	Número de matrículas		Var. (%) 2021/2020	Part. (%) 2021
		2020	2021		
Total		2.252.916	2.281.532	1,27	-
Feminino		1.096.308	1.117.195	1,91	48,9 7
Masculino		1.156.608	1.164.337	0,67	51,0 3

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Os 10 municípios paraenses com maior número de matrículas da educação básica, conforme a Tabela 7, agregam 37,6% do total de matrículas registradas em 2021 no Pará. Os três maiores índices de participação no ranking estiveram em Belém (12,59%), Ananindeua (4,72%) e Santarém (4,37%); enquanto os menores foram registrados em Bragança (1,6%), Breves (1,73%) e Cametá (1,84%).

Tabela 7 – *Ranking* dos 10 municípios com maior número de matrículas da educação básica, no Pará (2020–2021).

Posição	Educação básica	Número de matrículas		Var. (%) 2021/2020	Part. (%) 2021
		2020	2021		
	Pará	2.252.916	2.281.532	1,27	100
1	Belém	296.362	287.217	-3,09	12,59
2	Ananindeua	109.261	107.586	-1,53	4,72
3	Santarém	101.256	99.673	-1,56	4,37
4	Marabá	75.673	73.516	-2,85	3,22
5	Parauapebas	68.865	72.024	4,59	3,16
6	Castanhal	53.878	54.087	0,39	2,37
7	Abaetetuba	45.382	46.660	2,82	2,05
8	Cametá	41.825	41.988	0,39	1,84
9	Breves	34.757	39.423	13,42	1,73
10	Bragança	36.283	36.576	0,81	1,60
-	Demais municípios	1.389.374	1.422.782	2,40	62,36

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

No ranking concernente à variação percentual entre 2020 e 2021, o município de Breves se destacou com aumento de 13,42% no percentual de matrículas. Seguidamente, aparece Parauapebas, com 4,59% de variação. Com variação negativa, destacaram-se Belém (-3,09%) e Marabá (-2,85%) com maiores perdas de matrículas.

É importante ressaltar que os principais anos analisados (2020 e 2021) foram marcados pela pandemia mundial de coronavírus, que acarretou grande impacto na educação, como exemplifica o INEP (2022b), incluindo o quantitativo de matrículas, rendimento e desempenho escolar. Muitos alunos deixaram de frequentar a escola, especialmente os da educação infantil. Os cursos técnicos mais atingidos com suspensão de atividades foram os que necessitavam de cenários de práticas ou de ambientes simulados para suas atuações, que não podem ser de modo virtual e cuja vivência de imersão no mundo do trabalho é indispensável.

Os subitens seguintes demonstram o índice de matrículas na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, com destaque para: a evolução em série histórica e variação (%); o ranking dos 10 municípios majoritários no quantitativo de matrículas; as taxas de aprovação e evasão no ensino fundamental e médio; e, finalmente, a evolução do IDEB nos ensinos fundamental e médio. Detalhes sobre aprovação, reprovação, abandono, alfabetização e distorção idade-série na educação básica no Pará, no período em voga, podem ser consultados no Mapa da Exclusão Social do Pará 2022⁶, publicado pela FAPESPA.

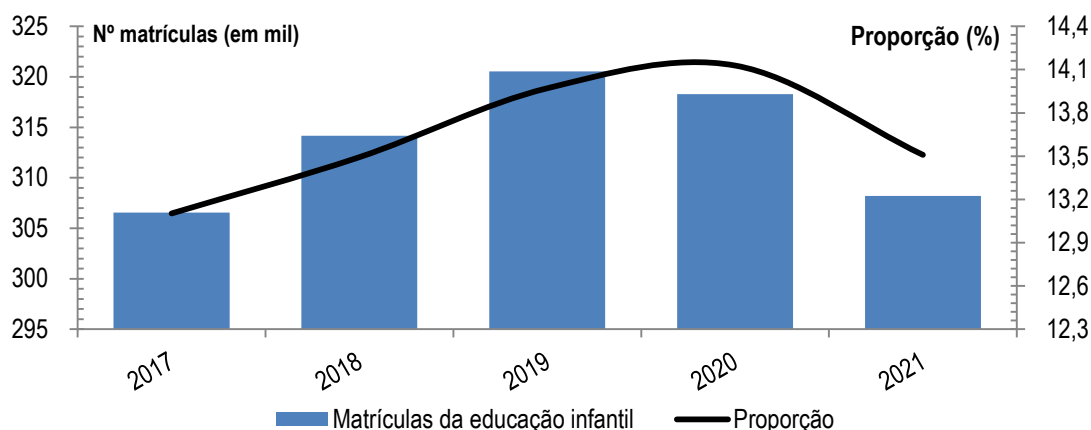
2.1 Educação Infantil

No Pará, a evolução do número de matrículas na educação infantil apontou crescimento no período de 2017 a 2019; posteriormente, em 2020 e 2021, esse índice sofreu decréscimo, como ilustra o Gráfico 6. Proporcionalmente, em relação ao total de matrículas na educação básica, essa etapa de ensino obteve o ápice em 2020, chegando a 14,1%.

A educação infantil, enquanto dever do estado, é garantida em creche e pré-escola às crianças de até 5 anos de idade (BRASIL, 1988). As creches ou entidades equivalentes são destinadas às crianças de até 3 anos de idade, enquanto a pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos de idade.

⁶ Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1FngYH5hWaD0k7uymHozoJ6MS7u-CbdBF/view?pli=1>>. Acesso em: 28 de abr. 2023.

Gráfico 6 – Evolução do número de matrículas na educação infantil e sua proporção no total de matrículas da educação básica – Pará (2017–2021).



Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

As creches demarcaram pequena elevação em suas matrículas, com variação de 0,82%. Por outro lado, a pré-escola registrou decréscimo, com -4,54% de variação no mesmo período. No que se refere à participação, a primeira apresentou 26,7% e a segunda, 73,3% (Tabela 8).

Tabela 8 – Número de matrículas da educação infantil, por etapa de ensino, no Pará (2020–2021).

Educação infantil (Etapa de ensino)	Número de matrículas		Var. (%) 2021/2020	Part. (%) 2021
	2020	2021		
Total	318.301	308.213	-3,17	100,0
Creche	81.549	82.217	0,82	26,7
Pré-Escola	236.752	225.996	-4,54	73,3

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Considerando o *ranking* dos 10 municípios com maior quantitativo de matrículas na educação infantil, em 2020 e 2021, verifica-se que eles somaram mais de 30% do total de matrículas do Pará nesta etapa de ensino (Tabela 9). Belém (9,4%), Santarém (4,6%) e Ananindeua (3,8%) lideraram, sequencialmente, as posições de participação no ranking, enquanto os menores registros estiveram em Altamira (10ª posição) e Cametá (9ª posição).

Tabela 9 – *Ranking* dos 10 municípios com maior número de matrículas da educação infantil, no Pará (2020–2021).

Posição	Educação infantil	Número de matrículas		Var. (%) 2021/2020	Part. (%) 2021
		2020	2021		
	Pará	318.301	308.213	-3,2	100
1	Belém	32.990	28.888	-12,4	9,4
2	Santarém	15.346	14.183	-7,6	4,6
3	Ananindeua	11.642	11.718	0,7	3,8
4	Marabá	11.044	10.178	-7,8	3,3
5	Parauapebas	11.014	10.157	-7,8	3,3
6	Abaetetuba	6.879	6.703	-2,6	2,2
7	Itaituba	6.005	6.115	1,8	2,0
8	Castanhal	6.316	6.042	-4,3	2,0
9	Cametá	5.650	5.574	-1,3	1,8
10	Altamira	5.830	5.301	-9,1	1,7
-	Demais municípios	205.585	203.354	-1,1	66,0

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

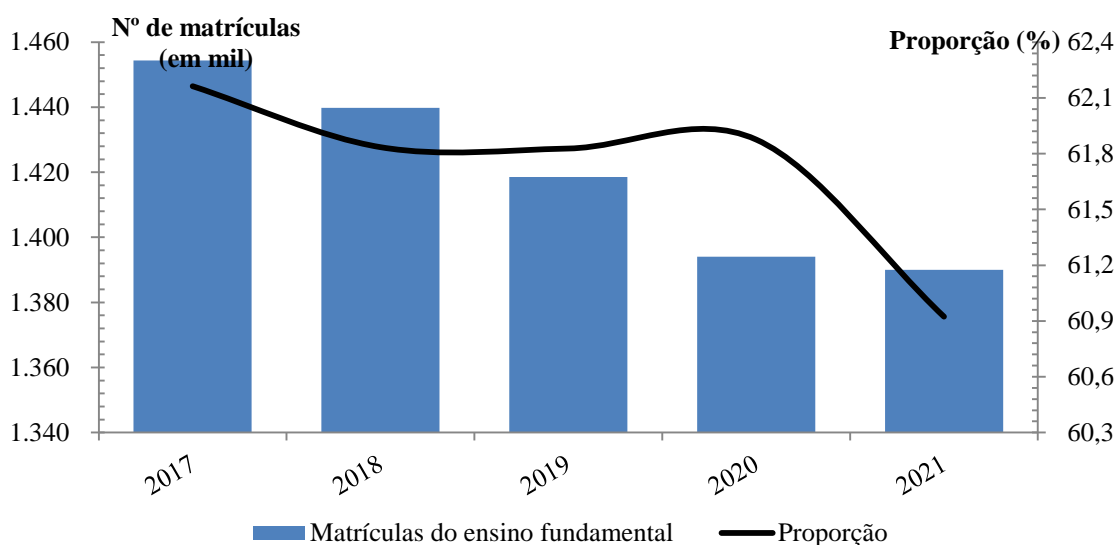
A maioria dos municípios demarcou diminuição das matrículas. As exceções foram apenas Ananindeua (0,7%) e Itaituba (1,8%), que elevaram o indicador. A capital Belém sofreu maior perda de alunos, com variação de -12,4%, seguida de Altamira (-9,1%), Marabá (-7,8%) e Parauapebas (-7,8%).

2.2 Ensino Fundamental

O ensino fundamental obrigatório tem duração de nove anos, iniciando-se aos 6 anos de idade. A meta 2 do PEE é “universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que, pelo menos, 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE”. De acordo com o INEP (2022a), nos anos finais do ensino fundamental, pelo menos 23% das matrículas corresponderam a alunos com faixa etária superior à recomendada.

Na série histórica de 2017 a 2021, houve retração na evolução do número de matrículas do ensino fundamental em todos os anos, com redução de 64.407 no período. A proporção das matrículas do ensino fundamental em relação ao total da educação básica foi de 62,2% no primeiro ano, a maior de todos os anos analisados, diminuindo para 61% de 2018 a 2020 e chegando em 60,9% em 2021 (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Evolução do número de matrículas do ensino fundamental e sua proporção no total de matrículas da educação básica – Pará (2017–2021).



Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

A concentração de matrículas no ensino fundamental esteve maior em seus anos iniciais, com participação de 54,39%, sendo superior aos anos finais (45,61%). As matrículas referentes aos anos iniciais enfrentaram redução de 4,25% entre 2020 e 2021, enquanto as dos anos finais obtiveram variação de 4,88. Ou seja, os anos finais estiveram em menor quantitativo, porém, acusaram crescimento no número de matrículas (Tabela 10).

Tabela 10 – Número de matrículas do ensino fundamental, por etapa de ensino, no Pará (2020–2021).

Etapa de ensino	Número de matrículas		Var. (%) 2021/2020	Part. (%) 2021
	2020	2021		
Total	1.394.011	1.389.983	-0,29	100
Anos Iniciais	789.524	755.981	-4,25	54,39
Anos Finais	604.487	634.002	4,88	45,61

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Voltando-se para os 10 municípios com maior concentração de matrículas do ensino fundamental, figuraram Belém, Ananindeua e Santarém nas primeiras posições. O primeiro

com 11,9%, o segundo com 4,6% e o terceiro com 4,6% de participações nas matrículas de 2021; juntos, equivaleram a 20,8% do total registrado no Pará nesta etapa de ensino (Tabela 11). Na variação 2021/2020, Breves alcançou maior percentual positivo (8,3%), em seguida, veio Parauapebas (5,1%). Belém foi o município com mais perdas de matrículas, -3,4%, equivalente a 5.756 alunos.

Tabela 11 – *Ranking* dos 10 municípios com maior número de matrículas do ensino fundamental, no Pará (2020–2021).

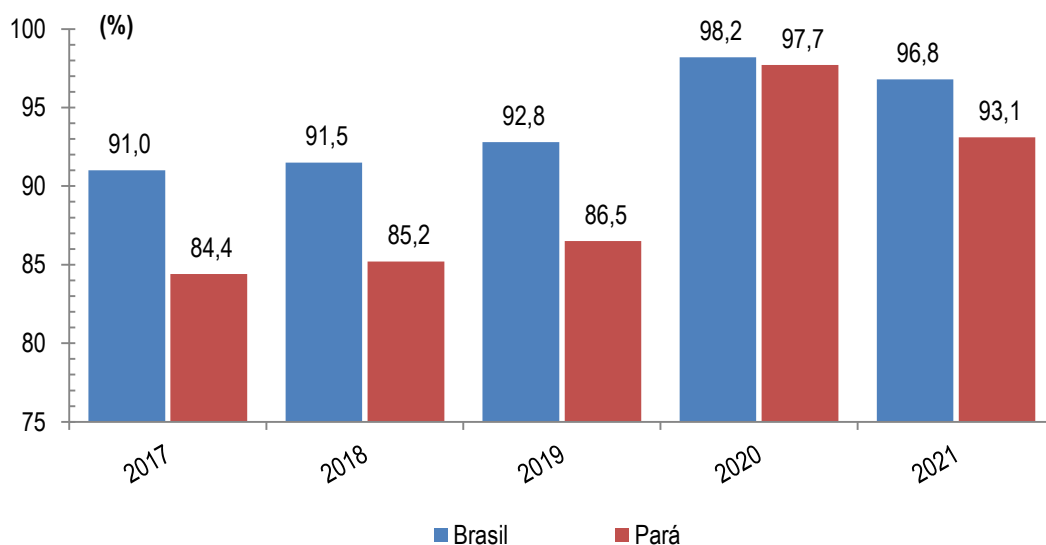
Posição	Ensino fundamental	Número de matrículas		Var. (%) 2021/2020	Part. (%) 2021
		2020	2021		
	Pará	1.394.011	1.389.983	-0,3	100
1	Belém	170.803	165.047	-3,4	11,9
2	Ananindeua	65.368	63.690	-2,6	4,6
3	Santarém	60.579	60.064	-0,9	4,3
4	Marabá	45.725	44.533	-2,6	3,2
5	Parauapebas	41.361	43.454	5,1	3,1
6	Castanhal	31.557	30.853	-2,2	2,2
7	Cametá	27.617	27.355	-0,9	2,0
8	Abaetetuba	26.368	26.247	-0,5	1,9
9	Breves	24.007	26.008	8,3	1,9
10	Bragança	22.437	22.314	-0,5	1,6
-	Demais municípios	878.189	880.418	0,3	63,3

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Através do Gráfico 8, podemos constatar que a evolução da taxa de aprovação no ensino fundamental, no período de 2017 a 2021, esteve sempre abaixo da registrada no Brasil. O ano com maior distanciamento entre as regiões geográficas foi 2017 (6,6 p.p.), e, em 2020, ocorreu maior aproximação entre elas (0,5 p.p.). Neste ano, ambas as taxas alcançaram o ápice na taxa de aprovação, sendo o Brasil com 98,2% e Pará com 97,7%, com redução para 96,8% e 93,1%, respectivamente, em 2021.

Gráfico 8 – Evolução da taxa de aprovação do ensino fundamental – BR x PA (2017–2021).

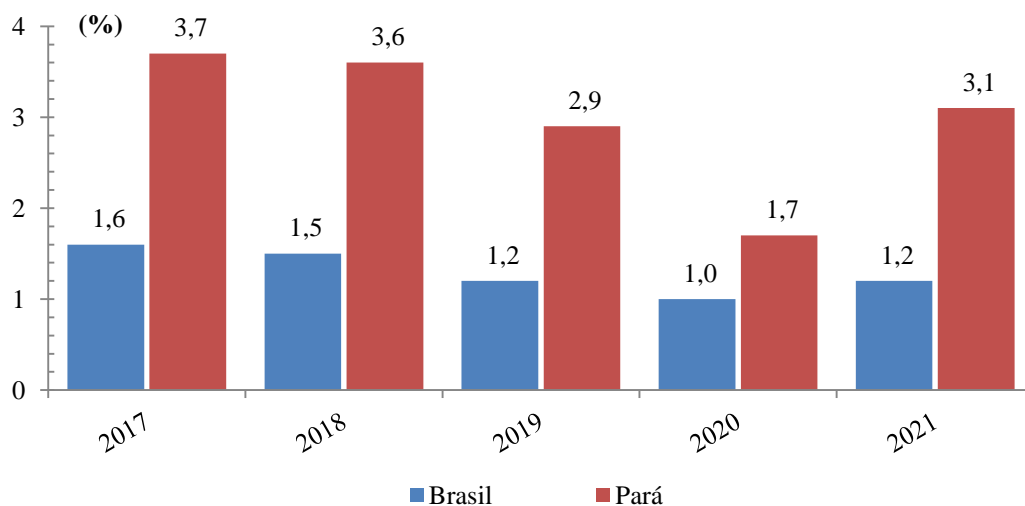


Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Com relação à taxa de evasão escolar do ensino fundamental, de 2017 a 2021, o estado do Pará apresentou índices superiores aos do Brasil em todos os anos. As duas regiões registraram diminuição na taxa na maioria dos anos; somente no último ano, 2021, em relação a 2020, elas obtiveram crescimento. Nesse sentido, 2017 foi o ano com maior percentual, sendo Brasil com 1,6% e Pará com 3,7%, e, em 2021, alcançaram 1,2% e 3,1%, na mesma ordem.

Gráfico 9 – Evolução da taxa de evasão do ensino fundamental – BR x PA (2017–2021).



Fonte: INEP/MEC, 2021.

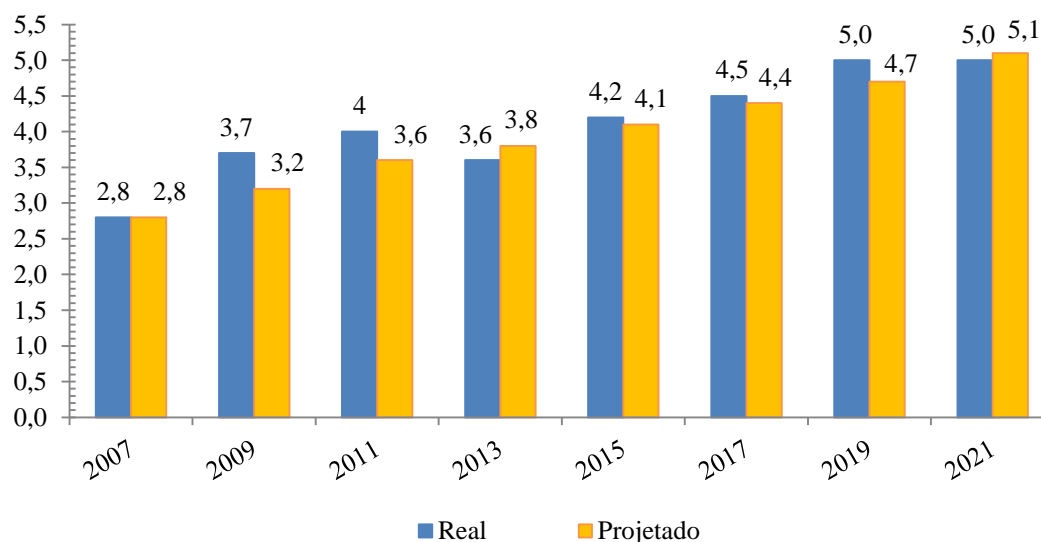
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Os IDEBs real e projetado para o ensino fundamental estão dispostos considerando os anos iniciais (Gráfico 10) e anos finais (Gráfico 11), na série histórica de 2007 a 2021. Percebe-se que, de modo geral, os índices do IDEB real alcançados nos anos iniciais são mais elevados do que os dos anos finais, bem como há maior distanciamento entre o IDEB real e o projetado, acusando necessidade de melhorias na educação voltada para estes anos.

A evolução do IDEB real nos anos iniciais do ensino fundamental demonstrou tendência de crescimento, havendo retração apenas de 2011 (4,0) a 2013 (3,6), e manteve-se estável de 2019 (5,0) a 2021 (5,0). Na maioria dos anos, o IDEB real esteve acima do projetado, sendo as exceções os anos de 2013 (real: 3,6 e projetado: 3,8), 2021 (real: 5,0 e projetado: 5,1) e 2007 (mesmo índice para real e projetado: 2,8).

Considerando os anos finais do ensino fundamental, o IDEB real também se mostrou com tendência de crescimento, porém, esteve abaixo do projetado em todos os anos da série histórica estudada. A maior diferença entre eles foi de 1,2 p.p. nos anos de 2015 e 2021.

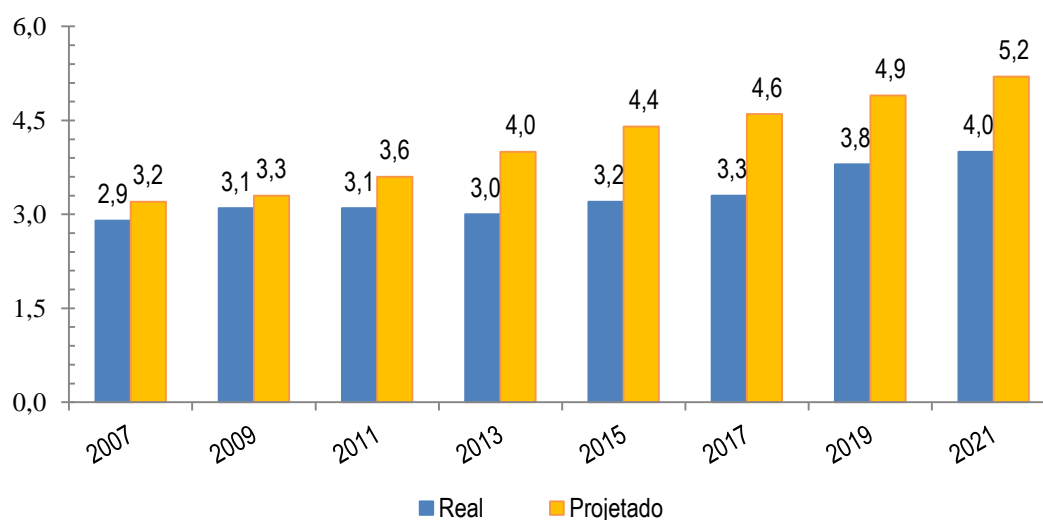
Gráfico 10 – Evolução do IDEB real e projetado para os anos iniciais do ensino fundamental – PA (2007–2021).



Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Gráfico 11 – Evolução do IDEB real e projetado para os anos finais do ensino fundamental – PA (2007–2021).



Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Em nota informativa, o INEP (2021b) discorre que as medidas adotadas em decorrência da pandemia de Covid-19 influenciaram o IDEB. O grande aumento das taxas de aprovação da rede pública, por exemplo, tem provável relação com os novos critérios de aprovação e de conduta com o currículo escolar. Nesse caso, observa que, na variação entre 2019 e 2021 na aprovação e no desempenho, não foi identificada associação entre as variáveis ou correlação positiva entre taxa de aprovação e nota média de desempenho no Saeb. Ou seja, a elevação do IDEB pode não assegurar efetiva melhora do desempenho do sistema educacional.

2.3 Ensino Médio

O ensino médio, referente à última etapa da educação básica, constitui-se em uma duração mínima de três anos, correspondendo ao 1º ano, 2º ano e 3º ano, os quais, no geral, são cursados por alunos/as de 15 a 17 anos de idade (BRASIL, 1996). Com esta etapa da educação básica, busca-se o preparo do/a aluno/a para o exercício de sua cidadania, tendo como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com

flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

Dito isso, o ensino médio é uma etapa importante para a consolidação e afirmação das diversas áreas de conhecimento⁷, das quais, possuem, entre as suas responsabilidades, proporcionar a qualidade no desempenho dos alunos/as, para sua inserção no mercado de trabalho e/ou preparação para ingresso no ensino superior. Portanto, sendo um nível intermediário entre os ensinos fundamental e o superior.

O Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014⁸, o qual estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem orientar as iniciativas na área da educação, fomenta, entre outras ações educacionais, um planejamento educacional que vise à articulação das políticas educacionais e sociais, assim como orienta que estados, Distrito Federal e municípios devem elaborar seus planos de educação em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE (BRASIL, 2014).

Dessa maneira, o PNE serve de orientação e base para o planejamento do Plano Estadual de Educação - PEE do estado, aprovado pela Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015⁹, responsável por direcionar o planejamento e o desenvolvimento das ações educacionais no território paraense, através de suas metas e estratégias, das quais destacam-se, entre os seus objetivos, a universalização da oferta obrigatória das etapas de ensino, buscando, assim, elevar o nível de escolaridade da população e, conseqüentemente, aperfeiçoar a qualidade da educação básica.

À vista disso, para a identificação do desempenho do ensino médio no estado do Pará, a seguir, serão trabalhados os dados que proporcionarão a identificação do quantitativo de

⁷ Linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; e Ciências humanas e sociais aplicadas (BRASIL, 1996).

⁷ Art. 1º: é aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal (BRASIL, 2014).

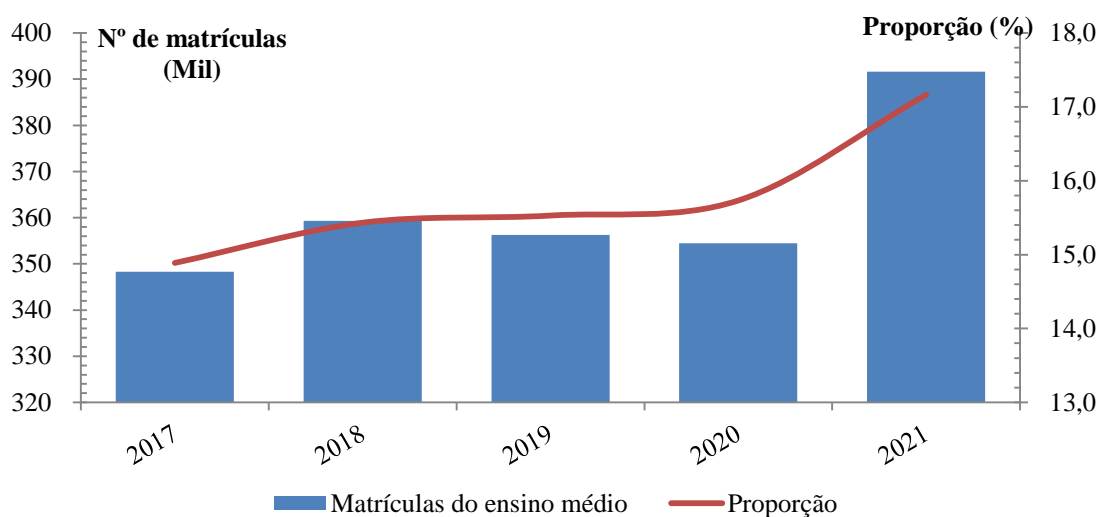
⁸ Art. 1º: é aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal (BRASIL, 2014).

⁹ Art. 1º: fica aprovado o Plano Estadual de Educação - PEE, com vigência por 10 anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 24 de junho de 2014 [...]. (PARÁ, 2015).

alunos matriculados, a taxa de aprovação, a taxa de evasão e o acompanhamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Destarte, com o gráfico abaixo, afere-se o quantitativo de matrículas do ensino médio e a sua proporção no total de matrículas na educação básica no estado do Pará, entre o período de 2017 a 2021. Pode-se observar, a partir do gráfico 12, que ocorreram variações neste quantitativo de matrículas, das quais pode-se ressaltar a variação positiva no ano de 2021, em que representaram um proporcional de 17,2% do total de matrículas da educação básica.

Gráfico 12 – Evolução do número de matrículas do ensino médio e sua participação no total de matrículas da educação básica – Pará (2017–2021).



Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

O gráfico acima ainda demonstra que a proporção de matrículas do ensino médio na educação básica manteve um comportamento de aumento, apesar de alguns anos, como 2019 e 2020, terem apresentado diminuição no seu quantitativo de matrículas. Dessa maneira, no ano de 2021, houve crescimento no número de alunos matriculados no ensino médio no estado do Pará, comportamento que representou variação de 12,46% no número de matrículas entre os anos de 2017 a 2021.

Na tabela abaixo, tem-se os dados para 2020 e 2021 no estado, com o direcionamento desta análise para o número de matrículas do ensino médio, desagregada por etapas: ensino médio propedêutico (corresponde a uma modalidade de educação iniciadora-básica para uma especialização–aprofundamento posterior); ensino médio integrado (corresponde a uma modalidade formal de educação profissional); e ensino médio normal/ magistério

(corresponde a uma modalidade de educação que capacita para cargo de professor de educação básica e fundamental).

Dito isso, ainda sobre a tabela abaixo, verifica-se que a etapa de ensino que apresentou destaque no quantitativo de matrículas, nos dois anos analisados, foi o ensino médio propedêutico, alcançando percentual de 96,1% do total de matrículas em 2021, sendo a maior participação entre as etapas de ensino.

Tabela 12 – Número de matrículas do ensino médio, por etapa de ensino, no Pará (2020–2021).

Ensino médio (etapa de ensino)	Número de matrículas		Var. (%) 2021/2020	Part. (%) 2021
	2020	2021		
Total	354.447	391.603	10,5	100
Ensino Médio Propedêutico	340.333	376.484	10,6	96,1
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	14.054	15.090	7,4	3,9
Ensino Médio Normal/Magistério ¹⁰	60	29	-51,7	0,01

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

O curso técnico integrado - ensino médio integrado demonstrou-se como a segunda etapa de ensino em relação ao quantitativo de matrícula, conforme a tabela acima, apesar de sua participação no total de matrículas ter sido de 3,9%, no ano de 2021. Desse modo, observa-se que, para o estado do Pará, o ensino médio propedêutico é a etapa que prevalece nas matrículas do ensino médio, fomentando que o perfil de formação dos alunos dessa fase no estado foi predominantemente construído a partir de uma educação inicial dentro do processo de aprendizagem, a qual, de forma introdutória, prepara-o e o habilita para um ensino mais especializado.

Com o ranking dos 10 municípios do estado com maior quantitativo de matrículas no ensino médio, a tabela abaixo (13) manifesta que Belém apresentou o maior quantitativo, tendo um percentual de 15,85% do total de matrículas de 2021, equivalentes a um quantitativo acima de 60.000 mil matrículas. Outro fator importante a ser destacado é que, apesar de o município de Belém ter apresentando os maiores números de matrículas, a sua variação foi de 6,26%, não sendo a maior entre os municípios.

¹⁰ A modalidade nível médio magistério apresentou somente 29 matrículas registradas em todo o estado do Pará, as quais estão presentes no município de Breves, em 2021.

Tabela 13 – Ranking dos dez municípios com maior número de matrículas no ensino médio, no Pará (2020–2021).

Posição	Ensino médio	2020	Ensino Médio	2021	Var. (%) 2021/2020	Part. (%) 2021
	Pará	354.447	Pará	391.603	10,48	100
1º	Belém	58.413	Belém	62.068	6,26	15,85
2º	Ananindeua	21.010	Ananindeua	22.069	5,04	5,64
3º	Santarém	17.900	Santarém	19.150	6,98	4,89
4º	Marabá	12.530	Parauapebas	12.941	12,64	3,30
5º	Parauapebas	11.489	Marabá	12.830	2,39	3,28
6º	Castanhal	9.571	Castanhal	10.416	8,83	2,66
7º	Abaetetuba	7.190	Abaetetuba	8.135	13,14	2,08
8º	Cametá	5.908	Bragança	6.450	14,32	1,65
9º	Bragança	5.642	Cametá	6.427	8,78	1,64
10º	Barcarena	5.305	Barcarena	5.891	11,05	1,50
-	Demais municípios	199.489	Demais municípios	225.226	12,90	57,51

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Realizando uma comparação do quantitativo de matrículas do município da 1ª posição (Belém) com o da 10ª posição (Barcarena), na tabela acima (13), observa-se uma diferença de mais de 50.000 matrículas entre o 1º e o 10º colocados nos dois anos analisados. Quanto ao comparativo entre as variações das matrículas do estado e dos municípios do ranking, verifica-se que, assim como o comportamento do estado, os 10 municípios tiveram variações positivas nos números de matrículas em 2021, dos quais destacaram-se Bragança, com 14,32% (saindo da 9ª posição para a 8ª); Abaetetuba, com 13,14% (permanecendo na 7ª posição); Parauapebas, com 12,64% (saindo da 5ª posição para a 4ª); e Barcarena, com 11,05% (permanecendo na 10ª posição).

A taxa de aprovação do ensino Médio indica o percentual de alunos/as que, ao final do ano letivo anterior, tiveram notas e frequências satisfatórias para a conclusão do ensino médio (INEP, 2020). Diante do exposto, no gráfico abaixo, trabalha-se com os dados referentes às taxas de aprovação do ensino médio no país e no estado no período de 2017 a 2021.

Com o gráfico 13, afere-se que o estado do Pará manteve uma taxa de aprovação abaixo daquela demonstrada no país nos quatro dos cinco anos analisados. Somente no ano

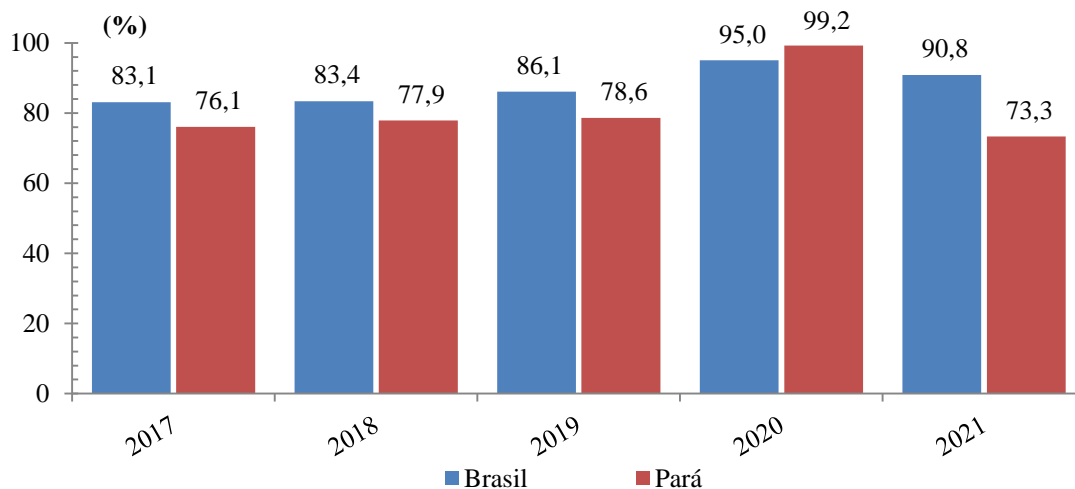
de 2020, o estado apresentou taxa de aprovação superior à do Brasil, com 99,2%. Contudo, para este período, deve-se considerar que o Pará, assim como o país e o mundo, encontrava-se atravessando as implicações da pandemia da Covid-19. Conseqüentemente, como forma de mitigar as implicações que a pandemia trouxe ao calendário escolar, foram adotados alguns ajustes no planejamento curricular das escolas, alinhados às recomendações do Conselho Estadual de Educação da Pará – CEEPA, que promulgou a Resolução nº 20, de 18 de janeiro de 2021, determinando a aprovação dos estudantes, o que refletiu no aumento da taxa de aprovação, como se observa no art. 2º da alínea 2ª.

Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos ensinos fundamental e médio, no ano letivo de 2020, que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série /ano da etapa da educação básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados à BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao ensino médio, cursos técnicos ou à educação superior, conforme o caso (PARÁ, 2021).

Ainda conforme o gráfico 13, entre os anos de 2020 e 2021, esta taxa de aprovação sofreu um decréscimo, o que representou diminuição na conclusão do ensino médio pelos/as alunos/as paraenses. Contudo, assim como a alta taxa de aprovação em 2020 pode estar relacionada aos impactos da Covid-19 para o ano de 2021, apesar do retorno das atividades presenciais, com a revogação do Decreto Estadual nº 800, de 31 de maio de 2020¹¹, as eventuais comparações entre os dados precisam ser analisadas com cautela, uma vez que a Covid-19 ocasionou impactos diversificados na população, os quais refletem no campo educacional.

¹¹Decreto estadual nº 2.044, de 03 de janeiro de 2021, o qual institui a Política Estadual de Incentivo à Vacinação contra a Covid-19 e revoga o Decreto Estadual nº 800, de 31 de maio de 2020.

Gráfico 13 – Evolução da taxa de aprovação do ensino médio – BR x PA (2017–2021).



Fonte: INEP/MEC, 2021.

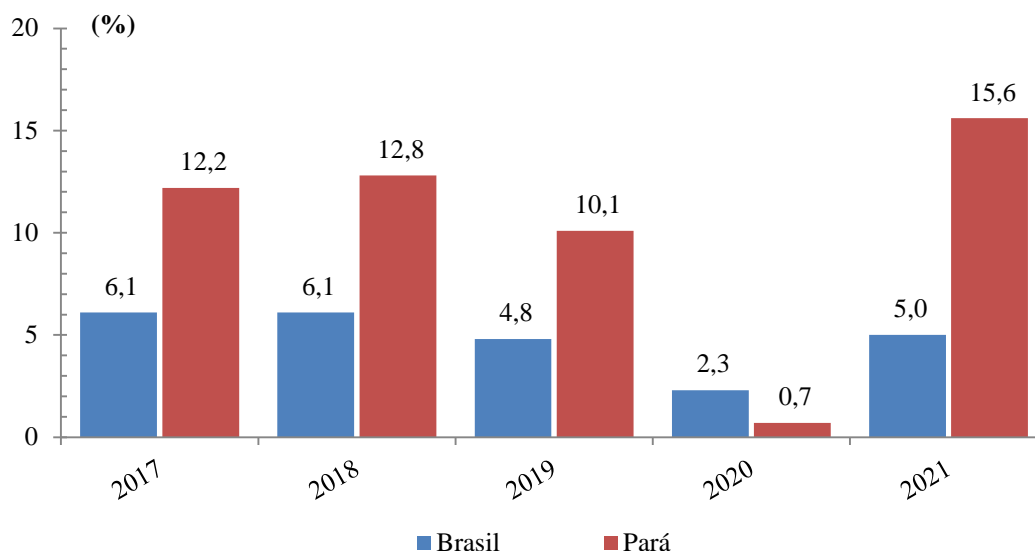
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Posto isso, a taxa de aprovação demonstra-se como um dado relevante para o acompanhamento do progresso educacional dos estudantes paraenses, estando relacionada a fatores como reprovação ou abandono dos estudos. Logo, observar a sua evolução no decorrer do período permite perceber que a taxa de aprovação do estado apresentava comportamento de crescimento entre os anos de 2017 a 2020, e que, apesar da diminuição em 2021, esta taxa manteve discreta proximidade no perfil de aprovação dos anos de 2017 a 2019.

A partir do exposto acima, a seguir, serão trabalhados dados referentes à taxa de evasão do ensino médio no estado do Pará, utilizando-se do mesmo período analisado para taxa de aprovação. Sendo assim, o gráfico abaixo demonstra que a taxa de evasão escolar nessa modalidade, nos anos de 2017 a 2019 e no ano de 2021, superou a taxa de evasão escolar do país.

Outro fator importante a ser destacado é que no estado, no ano de 2021, a taxa de evasão escolar chegou a 15,6% (maior taxa de evasão entre os anos), e, no Brasil, ficou em 5,0%, corroborando, assim, com os dados da taxa de aprovação para este respectivo ano, que diminuiu significativamente.

Gráfico 14 – Evolução da taxa de evasão do ensino médio – BR x PA (2017–2021).



Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Analisando, ainda, o gráfico 14, observa-se que, no ano de 2020, os valores da evasão escolar no país e no estado apresentaram-se em redução, tendo o Pará uma taxa de evasão escolar menor que a do Brasil, dado que corrobora com a alta taxa de aprovação do ensino médio. Entretanto, reitera-se, novamente, que, neste período, as escolas tiveram que adequar os critérios de ensino e avaliação (considerando objetivos de aprendizagens efetivamente cumpridos) para a realidade vivenciada, como as medidas de prevenção à Covid-19 (distanciamento social e restrição de atividades presenciais), buscando, assim, minimizar a retenção e o abandono escolar.

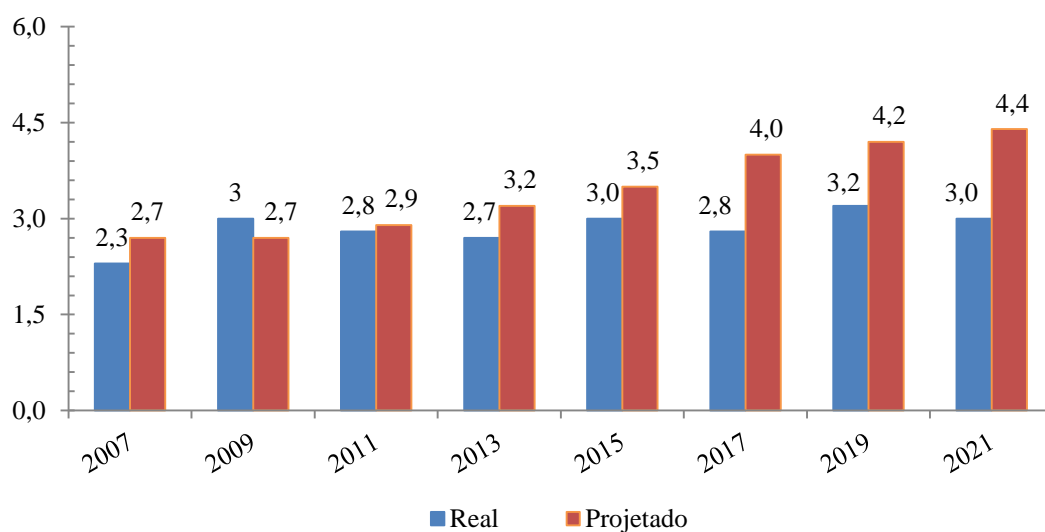
A educação de qualidade é um princípio fundamental da Constituição brasileira (BRASIL, 1988), logo, o seu acompanhamento é imprescindível para a identificação de sua condição, e, com isso, buscar sanar os déficits e proporcionar melhorias. Deste modo, foi criado em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. O IDEB¹² tem como

¹² O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio), com informações sobre rendimento escolar (aprovação) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020, p.01).

objetivo medir a qualidade do aprendizado e propor metas de qualidade educacionais que venham intervir para melhoria do ensino.

À vista disso, a seguir, serão analisados dados referentes às notas do IDEB no estado do Pará, entre o período de 2017 a 2021. No gráfico abaixo, têm-se a evolução do IDEB real e projetado do ensino médio no Pará, do qual verifica-se que, somente no ano de 2009, o estado ultrapassou o valor do IDEB projetado, revelando que nos outros se manteve abaixo do valor projetado.

Gráfico 15 – Evolução do IDEB real e projetado do ensino médio– PA (2017–2021).



Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Ainda conforme o gráfico (15), o IDEB real do ensino médio, ao longo dos anos, sofreu variações que demonstraram comportamentos de crescimento e decréscimo, sendo que a mais alta nota do indicador no estado ocorreu em 2019, tendo um valor real de 3,2. Já em 2021, este valor decresceu para 3,0, permanecendo abaixo do valor projetado de 4,4. Não obstante, para este ano de 2021, é preciso observar que a interpretação do IDEB 2021 “[...] seja entendida sob a ótica das mudanças sociais, psicológicas e econômicas derivadas da pandemia de Covid-19. [...]” (INEP, 2021b, p. 01), destacando-se a necessidade de considerar o contexto pandêmico ao realizar as interpretações, pois a pandemia incidiu grandes impactos nas atividades escolares nos anos de 2020 e 2021.

As contingências que cercam a educação no estado do Pará, nestes últimos anos, são múltiplas; contudo, a importância da educação no processo de desenvolvimento do cidadão

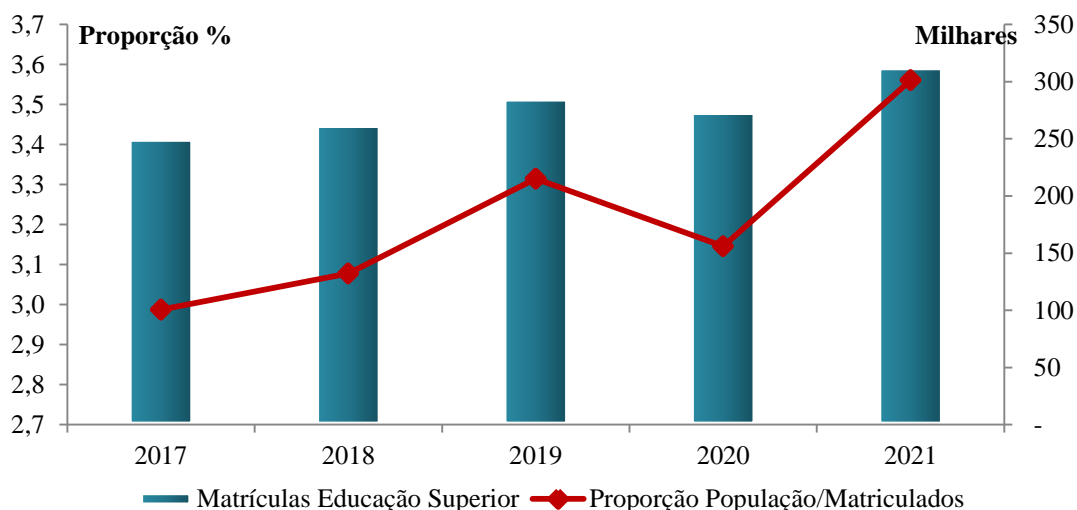
paraense é fundamental para a sua qualidade de vida. Diante do exposto, observa-se a importância do comprometimento para o fomento de um ensino médio de qualidade que fortaleça a garantia de permanência e a conclusão do ensino. A seguir, na esteira de análise a respeito da educação no Pará, vamos verificar a situação da educação superior e seus desafios.

3 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Concernente à educação superior, a respeito da evolução do número de matrículas e sua proporção em relação à população do estado do Pará, no quinquênio 2017-2021, observou-se que, em meia década, as matrículas dos cursos nas modalidades graduação, sequencial, presencial e à distância tiveram uma flutuação no número de matriculados, tanto que, no ano de 2017, foram registradas 249.932 pessoas; seguido de 262.030 em 2018; 285.144 em 2019; 273.380 em 2020; e 312.506 em 2021. Os maiores picos de matrículas foram os anos de 2019 e 2021.

Quanto à proporção de matrículas do ensino superior relacionada à população residente estimada (pessoas) no estado, verificou-se proporcionalidade de 3,0%, em 2017; 3,1%, em 2018; 3,3%, em 2019; 3,1%, em 2020; e, no ano de 2021, houve um pequeno acréscimo para casa de 3,6% (conforme gráfico abaixo).

Gráfico 16 – Evolução do número de matrículas na educação superior e sua proporção em relação à população do estado – Pará (2017–2021).



Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

No intermédio dos anos de 2017 a 2021, relativo ao número de cursos na educação superior por modalidade de ensino no estado do Pará, registrou-se, em 2017, 803 unidades educacionais, sendo que, no ano de 2021, saltou para 977, com variação de 21,7%, ou seja, abertura de mais de 174 instituições de ensino superior. Quando verificada a modalidade presencial, encontra-se o registro de 786 em 2017, indo para 977 em 2021, apresentando variação de 21,7%. Agora, em relação à modalidade à distância, foram registradas, somente em 2017, 17 unidades educacionais superiores.

Tabela 14 – Número de cursos na educação superior, por modalidade de ensino, no Pará (2017–2021).

Modalidade/Ano	2017	2021	Var.(%) 2017/2021	Part.(%) 2021
Total Pará	803	977	21,7	100
Presencial	786	977	24,3	100
À distância*	17	-	-	-

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

*Até o momento da extração dos dados, o INEP não havia disponibilizado a informação para 2021.

Outra ótica a ser observada a respeito das matrículas na educação superior no Pará é referente ao grau acadêmico dos/as discentes nos anos de 2017 e 2021, em que foram registrados, em 2017, 144.204 cursos de bacharelados e, em 2021, esse número teve um acréscimo para 188.626, tendo uma variação de 30,8%. Quanto ao total de matrículas realizadas em 2021 correspondente ao curso de bacharelado, a participação foi de 60,4% dos discentes. Para o grau acadêmico de licenciatura, em 2017, houve 85.735, e, em 2021, o número teve um pequeno aumento de 87.000, com variação de 1,5% e participação de 27,8% dos discentes matriculados em cursos de licenciatura.

Outro grau verificado foram os cursos tecnólogos, que tiveram um número de 19.686 matriculados em 2017, apresentando, no ano de 2021, uma adição de 36.644, com variação, entre 2017 a 2021, de 86,1%. Mesmo com uma expressiva variação entre os anos, a participação dos cursos tecnólogos ainda se encontra em 11,7% de discentes matriculados no ensino superior.

Tabela 15 – Número de matrículas na educação superior, por grau acadêmico, no Pará (2017–2021).

Grau acadêmico/Ano	2017	2021	Var.(%) 2017/2021	Part.(%) 2021
Total Pará	249.928	312.506	25,0	100
Bacharelado	144.204	188.626	30,8	60,4
Licenciatura	85.735	87.000	1,5	27,8
Tecnólogo	19.686	36.644	86,1	11,7
Não Aplicável	303	236	-22,1	0,1

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Ainda no que se refere ao ensino superior, em relação aos discentes matriculados por modalidade de ensino. nos anos de 2017 e 2021, observa-se no primeiro ano que 61,5% (153.085) estavam vinculados academicamente à modalidade presencial. No segundo ano da série histórica, houve redução para 46,7% (146.033), representando variação de -4,61%. Agora, concernente à modalidade à distância, em 2017, as matrículas chegaram a 38,5% (96.013) e, no ano de 2021, houve um salto de participação de 53,3% (166.473), registrando 73,39% de variação, destacando-se em percentuais superiores à modalidade presencial.

Tabela 16 – Número de matrículas na educação superior, por modalidade, no Pará (2017–2021).

Modalidade/Ano	2017	2021	Var.(%) 2017/2021	Part.(%) 2021
Total Pará	249.098	312.506	25,46	100
Presencial	153.085	146.033	- 4,61	46,7
À distância	96.013	166.473	73,39	53,3

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Outro ângulo de observação acerca da educação superior é o perfil dos discentes matriculados no Pará em relação à cor/raça. A maior participação registrada em 2021 foi daqueles que se declaram pardos, com 53,3%, assim como no ano de 2017, quando também o maior número esteve concentrado nesse público. Em segundo lugar, estiveram aqueles que se identificam como brancos, que, no ano de 2021, teve a participação de 27,5% (85.925) e, no ano de 2017, de 33.493. Aqueles que se autodeclararam pretos, em 2017, foram 11.813 discentes e, no ano de 2021, 17.823, com variação de 50,9% de um ano para o outro. Em relação à cor/raça amarela, nos anos de 2017 a 2021, houve variação negativa de -23,6%.

Outro elemento importante a destacar são os/as discentes indígenas que, no ano de 2017, estiveram em 8.969. Todavia, no ano de 2021, registrou-se uma queda, com variação de - 58,2% de matriculados.

Tabela 17 – Número de matrículas na educação superior, por cor/raça, no Pará (2017–2021).

Cor-raça/Ano	2017	2021	Var.(%) 2017/2021	Part.(%) 2021
Total Pará	249.928	312.506	25,0	100
Branca	33.493	85.925	156,5	27,5
Preta	11.813	17.823	50,9	5,7
Parda	124.177	166.586	34,2	53,3
Amarela	6.404	4.893	-23,6	1,6
Indígena	8.969	3.748	-58,2	1,2
Não Dispõe da Informação/Não declarado	65.072	33.531	-48,5	10,7

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Na tabela abaixo, têm-se as matrículas da educação superior no estado desagregadas por sexo, da qual analisa-se que a variação de matrícula, para ambos os sexos, demonstrou-se positiva, destacando-se que, entre o sexo feminino, ocorreu variação de 27,09%, maior que entre o sexo masculino.

Tabela 18 – Número de matrículas na educação superior, por sexo, no Pará (2017–2021).

Sexo/Ano	2017	2021	Var.(%) 2017/2021	Part.(%) 2021
Total Pará	249.928	312.507	25,04	100
Feminino	149.638	190.177	27,09	60,9
Masculino	100.290	122.330	21,98	39,1

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Ainda conforme a tabela acima, nos dois anos analisados, a participação feminina no total de matrículas manifestou-se maior que entre o sexo masculino, representando, no ano de 2021, um percentual de 60,9%. Logo, observa-se que a inserção de pessoas do sexo feminino na educação superior é maior que entre as pessoas do sexo masculino.

Quanto ao quantitativo de matrículas por município, analisa-se que, em 2021, a partir do ranking disposto na tabela abaixo, o município de Belém teve a maior participação no total

de matrículas, com 35,4%, compreendendo um quantitativo acima de 100.000 mil matrículas do estado.

Tabela 19 – Ranking dos dez municípios paraenses com maior número de matrículas na educação superior (2021).

UF/Municípios	2021	Part. (%)
Total Pará	312.506	100
Belém	110.664	35,4
Santarém	19.575	6,3
Ananindeua	17.555	5,6
Marabá	17.447	5,6
Parauapebas	15.869	5,1
Castanhal	15.629	5,0
Tucuruí	7.312	2,3
Altamira	7.196	2,3
Paragominas	6.738	2,2
Abaetetuba	6.723	2,2

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Para o que concerne aos outros municípios dispostos no ranking acima, observa-se que nove dos 10 municípios tiveram participação inferior a 20.000 mil matrículas cada. Destaca-se que os municípios de Abaetetuba (10^a posição) e Paragominas (9^a posição) tiveram participação de 2,2% cada, não chegando ao quantitativo de 7.000 mil matrículas cada. Com isso, observa-se que a concentração de matrículas da educação superior esteve presente no município de Belém.

Entre as matrículas de 2021, há uma particularidade da educação superior, referente ao financiamento estudantil, em que se destacam os financiamentos implementados pelo governo federal, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies¹³, através da Lei nº 10.260, no dia 12 de julho de 2001; e o Programa Universidade para Todos - ProUni¹⁴, através da Lei nº 11.096, no dia 13 de janeiro de 2005. A partir disso, percebe-se que há o incentivo ao ingresso de alunos em instituições privadas.

¹³ Art. 1º - É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores, na modalidade presencial ou à distância, não gratuito e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria (BRASIL, 2022a).

¹⁴ Art. 1º - Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos (Prouni), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2022b).

Diante disso, com a tabela abaixo, tem-se o número de matrículas por tipos de financiamento estudantil, entre os anos de 2020 e 2021, no estado. Analisando a tabela, afere-se que o número de matrículas por financiamento diminuiu entre os anos, tendo uma variação negativa de -4%. Este mesmo comportamento é observado no FIES, ProUni Integral, ProUni Parcial e outros financiamentos¹⁵, dos quais o FIES demonstrou a maior variação negativa, com -27%. A menor ocorreu em outros financiamentos, com variação de -0,2%.

Tabela 20 – Número de matrículas na educação superior, por tipo de financiamento estudantil, no Pará (2020–2021).

Tipo de Financiamento	2020	2021	Var. (%) 2020/2021	Part. (%) 2021
Total Pará	106.179	101.600	-4	100
FIES	11.935	8.683	-27	8,5
ProUni Integral	12.848	12.503	-3	12,3
ProUni Parcial	3.327	2.483	-25	2,4
Outros Financiamentos	78.069	77.931	-0,2	76,7

Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Observando a participação das matrículas no ano de 2021, com a tabela acima (20), verifica-se que o tipo de financiamento com a maior participação no quantitativo de matrículas ocorreu entre outros financiamentos, com 76,7%, seguido do ProUni Integral, com 12,3%, e FIES, com 8,5%.

4 OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB se apresenta como principal indicador para mensuração da qualidade do aprendizado nas escolas públicas e privadas no Brasil. A sua metodologia centra-se nos dados de aprendizado dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). O IDEB é calculado de dois em dois anos e sua métrica varia de 0 até 10.

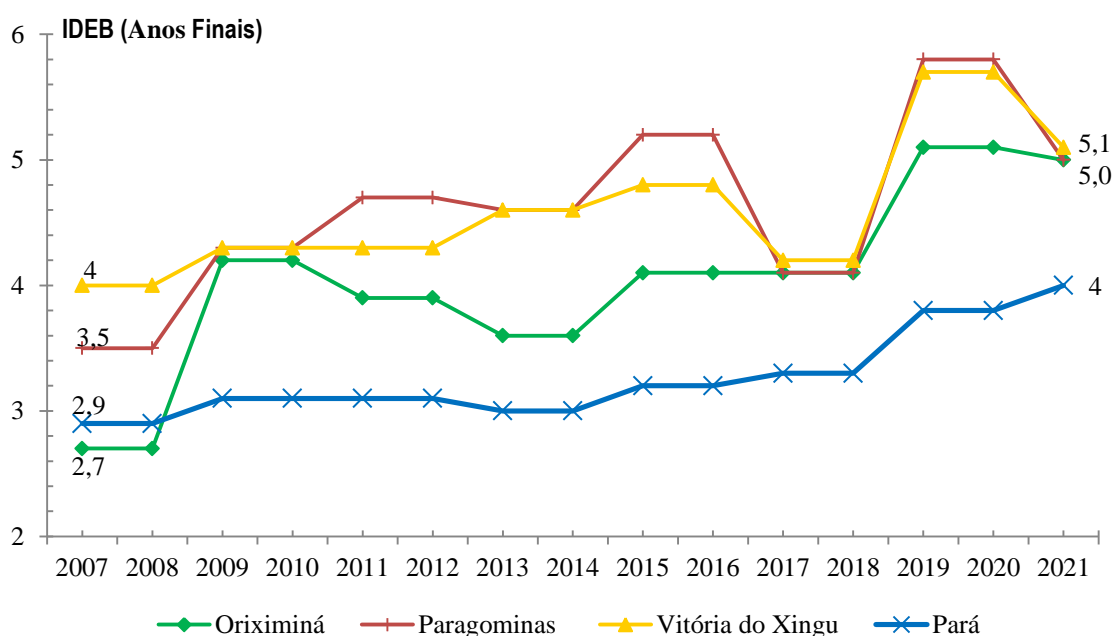
No contexto da educação básica no estado do Pará, o IDEB, nos anos finais (6º aos 9º anos) do ensino fundamental, apresentou, entre 2007 e 2021, uma trajetória de crescimento, passando da nota de 2,9 no início para 4,0 ao final da série em análise. Isto posto, a presente

¹⁵ Outros financiamentos incluem alunos que utilizam financiamento estudantil reembolsável e não reembolsável do governo estadual, municipal, administrado pela IES, administrado por entidades externas à IES e por outras entidades.

seção apresentará um exercício econométrico objetivando avaliar em que medida os movimentos de melhora ou piora na educação básica dos três municípios do estado com os melhores resultados do IDEB nesta etapa de ensino (Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu) acompanham os níveis de crescimento ou queda na economia, na geração de empregos de qualidade, na saúde, na segurança pública e nos níveis de extrema pobreza do estado.

No período de 2007 a 2021, os municípios em epígrafe experimentaram significativos crescimentos em seus IDEBs, como ilustra o gráfico 17.

Gráfico 17 – Evolução do IDEB nos anos finais do ensino fundamental de Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu x Pará – 2007–2021.



Fonte: INEP/MEC, 2021.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Executados estes contornos, a presente seção irá discorrer, a partir daqui, sobre os níveis de correlação entre o IDEB dos anos finais do ensino fundamental em contraponto aos resultados dos principais indicadores socioeconômicos e de bem-estar para Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu.

Para tal fim, será empregado o coeficiente de correlação de Pearson, também conhecido por coeficiente de correlação produto-momento ou, simplesmente, ρ de Pearson. Esta ferramenta econométrica tem a capacidade de mensurar o grau da correlação (e a direção

dessa correlação — se positiva ou negativa) entre duas variáveis de escala métrica, conforme destaca Gujarati e Porter (2011).

A representação algébrica do coeficiente ρ pode ser assim expressa:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x}) \cdot (y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}}$$

Onde:

ρ = corresponde ao coeficiente técnico ρ de Pearson;

x_i e y_i = correspondem aos valores medidos das variáveis em estudo;

\bar{x} e \bar{y} = correspondem às médias aritméticas das variáveis em estudo.

De acordo com Mukaka (2012), a escala de variação do ρ de Pearson situa-se entre -1 e 1, tendo como faixas de análise os seguintes extratos de correlações:

0,9 (para mais ou para menos): indica correlação muito forte;

0,7 a 0,89 (positivo ou negativo): indica correlação forte;

0,5 a 0,69 (positivo ou negativo): indica correlação moderada;

0,3 a 0,49 (positivo ou negativo): indica correlação fraca;

0 a 0,29 (positivo ou negativo): indica correlação desprezível.

Cabe sublinhar que a arbitragem analítica na escolha dos indicadores de ordem econômica e os de ordem social, para emprego na modelagem econométrica ρ , não será aqui efetuada de forma espúria, uma vez que a literatura especializada das ciências econômicas pressupõe que o desenvolvimento do capital humano de qualquer país ou região presume a obtenção de melhores níveis de crescimento econômico e condições de bem-estar. Desse modo, conjectura-se que o desenvolvimento educacional da população possibilite a internalização crescente de benefícios socioeconômicos, tais como: a capacidade ampliada de geração de riqueza, emprego e renda; melhora nas condições de segurança pública; e o progresso da saúde e bem-estar geral.

Tabela 21 – Descritivo técnico das variáveis a serem empregadas no cálculo dos coeficientes ρ .

Variável - Sigla	Descritivo	Proxy (Representação)	Função no modelo Pearson
IDEA Anos Finais (IDEA_EF)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental dos Anos Finais (6º aos 9º anos) nos três municípios (Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu) do Pará com os melhores desempenhos no IDEA 2021. Os dados foram extraídos da base de dados do INEP/MEC. Período= 2007-2021.	Níveis de desenvolvimento na educação básica do município	Yi
PIB per capita (PIB_pec)	PIB per capita dos três municípios (Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu) do Pará com os melhores desempenhos no IDEA 2021, dado em R\$ mil. Os dados foram extraídos do SIDRA/IBGE. Período= 2007-2020.	Níveis de crescimento econômico do município	X1
Emprego (Empreg)	Número de vínculos formais nos três municípios (Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu) do Pará com os melhores desempenhos no IDEA. Os dados foram obtidos do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Período= 2007-2021.	Geração de empregos de qualidade no município.	X2
Taxa de Mortalidade Infantil (TXMI)	Taxa de mortalidade infantil dos três municípios (Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu) do Pará com os melhores desempenhos no IDEA 2021. Os dados foram obtidos a partir de informações do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS) e pelos dados populacionais do SIDRA/IBGE. Período= 2007-2020.	Níveis de desenvolvimento da saúde infantil no município	X3
Taxa de Mortalidade Materna (TXMM)	Taxa de mortalidade materna dos três municípios (Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu) do Pará com os melhores desempenhos no IDEA 2021. Os dados foram obtidos a partir de informações do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS) e pelos dados populacionais do SIDRA/IBGE. Período= 2007-2020.	Níveis de desenvolvimento da saúde materna do município.	X4
Taxa de Homicídios (TXH)	Taxa de homicídios dos três municípios (Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu) do Pará com os melhores desempenhos no IDEA 2021. Os dados foram obtidos a partir de informações do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS) e pelos dados populacionais do SIDRA/IBGE. Período= 2007-2020.	Níveis de atuação da segurança pública no município	X5

Taxa de Extrema Pobreza (TXP)	Percentual da população inscrita no CADÚNICO que sobrevive com até R\$ 105,00 per capita por mês, em relação à população total residente, nos três municípios (Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu) do Pará com os melhores desempenhos no IDEB 2021. Período= 2012-2021. Obs.: faixa de rendimento definido pela Lei Federal nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.	Níveis de extrema pobreza no município.	X6
-------------------------------	---	---	----

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Tabulados os dados e procedidos os cálculos, obteve-se uma matriz contendo 18 coeficientes técnicos que medem os níveis de associação linear entre o IDEB - anos finais do ensino fundamental para os três municípios do estado do Pará com os melhores desempenhos no quesito anos **finais em 2021 e os principais indicadores socioeconômicos e de bem-estar (Tabela 22).**

Tabela 22 – Matriz de correlações: coeficiente ρ Pearson, Oriximiná, Paragominas e Vitória do Xingu.

Cálculo Coeficiente ρ	Oriximiná (PA)	Paragominas (PA)	Vitória do Xingu (PA)
PIB per capita (PIB_pec)	0,72	0,75	0,54
Emprego (Empreg)	-0,61	0,53	0,12
Taxa de Mortalidade Infantil (TXMI)	-0,24	-0,21	-0,39
Taxa de Mortalidade Materna (TXMM)	0,14	-0,20	0,06
Taxa de Homicídios (TXH)	0,53	-0,41	-0,07
Taxa de Extrema Pobreza (TXP)	-0,83	-0,28	0,38

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

4.1 Oriximiná: Indicadores Socioeconômicos e de Bem-Estar

A partir das informações ilustradas na Matriz de Correlações (Tabela 22), é possível considerar que, no período de 2007 e 2020, identificou-se coeficiente de correlação da ordem de 0,72 entre o IDEB - anos finais e o PIB *per capita* do município. Tal resultado pode ser classificado na escala de Pearson como sendo uma correlação forte e positiva, que possibilita compreender que existe uma predisposição, em que, à medida que a educação básica se desenvolve, aumenta também os patamares do crescimento econômico do município, conforme pressupõem os teóricos do capital humano na literatura econômica.

Em relação ao emprego formal, entre 2007 a 2021, o coeficiente de correlação apurou o registro de -0,61. Dessa forma, conforme a escala Pearson, tal resultado pode ser classificado como sendo uma correlação moderada e negativa, o que permite inferir que os níveis de crescimento na qualidade da educação básica implicam em uma redução no número de empregos formais. Tal resultado pode ser explicado pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus, uma vez que, entre 2020 e 2021, o município teve redução de 23% em seu estoque de empregos formais, enquanto o IDEB dos anos finais reduziu apenas em 0,1 entre 2019-2021. Em outras palavras, os efeitos da pandemia no município foram mais severos no mercado de trabalho do que na educação básica.

Sobre os níveis de desenvolvimento da saúde municipal, no período de 2007 a 2021, a matriz aponta para coeficientes classificados como desprezíveis, estatisticamente, na escala de Pearson, para mortalidade infantil e materna. Tal dado aponta para o fato de não ser possível, em termos econométricos, associar os movimentos do desenvolvimento da educação básica com as variações nesses dois indicadores ao longo do tempo.

No que se refere ao nível de atuação da segurança pública, para os anos de 2007 a 2021, mais especificamente a taxa de homicídios municipal, exposta continuamente na tabela anterior, registra um coeficiente técnico de 0,53, o que, na escala de Pearson, é considerado uma correlação moderada e positiva, significando dizer que à medida que crescem os níveis de desenvolvimento educacional no município, crescem também os níveis de homicídios.

No tocante aos níveis de extrema pobreza em Oriximiná no intervalo de 2012 a 2021, de acordo com a matriz, foi possível registrar o coeficiente técnico na ordem de -0,83, o que, na escala de Pearson, é considerado uma correlação forte e negativa, possibilitando inferir que à medida que se desenvolve a educação básica no município, ocorre uma redução nos níveis de extrema pobreza no mesmo.

4.2 Paragominas: Indicadores Socioeconômicos e de Bem-Estar

Com base nas informações examinadas na matriz de correlações (Tabela 22), é possível considerar que, no período de 2007 e 2020, identificou-se um coeficiente de correlação da ordem de 0,75 entre o IDEB anos finais e o PIB *per capita* no município. Logo, de acordo com a escala Pearson, tal resultado pode ser classificado como sendo uma correlação forte e positiva, o que permite considerar que à medida que crescem os níveis educacionais na educação básica, cresce também a economia do município, e tal constatação se encontra em consonância com os pressupostos teóricos das ciências econômicas modernas.

No que se refere ao emprego formal entre 2007 a 2021, o coeficiente de correlação certificou o apontamento de 0,53, que, na escala Pearson, é classificado como sendo uma correlação moderada e positiva. Tal resultado possibilitou considerar que à medida que se desenvolve a educação básica do município, cresce também a geração de empregos de qualidade. Este quadro permite avaliar que os efeitos da pandemia do novo coronavírus não foram tão severos se comparados à realidade de Oriximiná.

Sobre os níveis de desenvolvimento da saúde municipal, no período de 2007 a 2021, a matriz aponta para coeficientes classificados como desprezíveis, estatisticamente, na escala de Pearson, para mortalidade infantil e materna. Tal dado aponta para fato de que, assim como em Oriximiná, não foi possível, em termos econométricos, associar, em Paragominas, os movimentos do desenvolvimento da educação básica com as variações nesses dois indicadores de saúde ao longo do tempo.

No que está relacionado ao nível de atuação da segurança pública, para os anos de 2007 a 2021, precisamente a taxa de homicídios municipal, patente na tabela anterior, registrou um coeficiente técnico de -0,41, o que, na escala de Pearson, é considerado uma correlação fraca, permitindo inferir não ser possível associar, em Paragominas, os movimentos do desenvolvimento da educação básica com a redução desse tipo de criminalidade no município ao longo do tempo.

Em referência aos níveis de extrema pobreza em Paragominas, no intervalo de 2012 a 2021, de acordo com a matriz, registrou-se um coeficiente técnico na ordem de -0,28, o que, na escala de Pearson, é considerado uma correlação desprezível. Tal resultado permite considerar não ser possível associar em Paragominas os movimentos do desenvolvimento da educação básica com a redução da extrema pobreza no município no período em comento.

4.3 Vitória do Xingu: Indicadores Socioeconômicos e de Bem-Estar

Baseado nas informações ponderadas na matriz de correlações (Tabela 22), é possível considerar que no período de 2007 e 2020, identificou-se um coeficiente de correlação da ordem de 0,54 entre o IDEB anos finais e o PIB *per capita* no município. Logo, de acordo com a escala Pearson, tal resultado pode ser classificado como uma correlação moderada e positiva, o que permite considerar que à medida que crescem os níveis educacionais na educação básica, cresce também a economia do município, e tal constatação se encontra em consonância com os pressupostos teóricos das ciências econômicas modernas.

No que concerne ao emprego formal entre 2007 e 2021, o coeficiente de correlação certificou o apontamento de 0,12, e, conforme a escala Pearson, trata-se de uma correlação desprezível do ponto de vista estatístico. Desse modo, não será possível associar, em Vitória do Xingu, os movimentos do desenvolvimento da educação básica com as flutuações no estoque de emprego formal do município no período em comento.

Sobre os níveis de desenvolvimento da saúde municipal no período de 2007 a 2021, a matriz aponta para coeficientes classificados como fraco e desprezível, estatisticamente, na escala de Pearson, para mortalidade infantil e materna, nesta ordem. Tal dado aponta para o fato de que, assim como em Oriximiná e Paragominas, não foi possível, em termos estatísticos, associar, em Vitória do Xingu, os movimentos do desenvolvimento da educação básica com as variações nesses dois indicadores de saúde no período em exame.

No que confere à atuação da segurança pública, para os anos de 2007 a 2021, precisamente a taxa de homicídio municipal, a matriz de correlações registrou um coeficiente técnico de -0,07, o que, na escala de Pearson, é considerado uma correlação desprezível, permitindo considerar não ser possível associar, em Vitória do Xingu, os movimentos do desenvolvimento da educação básica com as variações desse tipo de criminalidade no município ao longo do tempo.

Relativamente aos níveis de extrema pobreza em Vitória do Xingu no intervalo de 2012 a 2021, de acordo com a matriz de correlações, constata-se um coeficiente técnico na ordem de 0,38, que, na escala de Pearson, é considerado uma correlação fraca. Perante este resultado não foi possível associar, em Vitória do Xingu, os movimentos do desenvolvimento da educação básica com o aumento da extrema pobreza no município no período em análise.

REFERÊNCIAS

BRASIL. REPUBLICA FEDERATIVA DO Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 de abr. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 06 de abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 06 de abr. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 06 de abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 26/04/2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm >. Acesso em: 11 de abr. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Brasil no Pisa 2018** [recurso eletrônico]. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf >. Acesso em: 3 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022**. Altera as Leis nº 10.260, de 12 de julho de 2001, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 12.087, de 11 de novembro de 2009, para estabelecer os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer a possibilidade de avaliação in loco na modalidade virtual das instituições de ensino superior e de seus cursos de graduação, a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para aperfeiçoar os mecanismos de transação de dívidas, e a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017; e revoga dispositivos das Leis nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, 13.682,

de 19 de junho de 2018, 13.874, de 20 de setembro de 2019, e 14.024, de 9 de julho de 2020. Brasília, 2022a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14375.htm#:~:text=A%20transa%C3%A7%C3%A3o%20na%20cobran%C3%A7a%20de%20cr%C3%A9ditos%20tribut%C3%A1rios%20em%20contencioso%20administrativo>. Acesso em: 12 de abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.350, de 25 de maio de 2022**. Altera as Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, para aperfeiçoar a sistemática de operação do Programa Universidade para Todos (Prouni). Brasília, 2022b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14350.htm >. Acesso em: 12 de abr. 2023.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO BRASIL - DATASUS. **Informações de Saúde**. Brasília: DATASUS, 2020. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação**. CENPEC EDUCAÇÃO 2021.

GUJARATI, D. N. & PORTER, D. C. **Econometria Básica**. (2004). 5o Edição , Bookman, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativas de População - EstimaPop**. Rio de Janeiro: PIB, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>. Acesso em: 15 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produto Interno Bruto a Preços Correntes**. Rio de Janeiro: PIB, 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC**. Rio de Janeiro: PIB, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc>. Acesso em: 15 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Nota Técnica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb**. Ministério da Educação : INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf . Acesso em: 05 de abr. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Plano de Dados Abertos (PDA) e as principais bases de dados do Inep**. Brasília: INEP, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>. Acesso em: 15 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Nota Informativa do Ideb 2021**. Ministério da Educa: INEP, 2021b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf . Acesso em: 11 de abr. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021** (online). Brasília: INEP, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em 20/04/2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Gustavo Henrique Moraes; Ana Elizabeth M. Albuquerque; Robson dos Santos (organizadores). **Impactos da Pandemia**. Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais; v.7. Brasília: INEP, 2022b. Disponível em: <http://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/issue/view/511/153>. Acesso em 25/04/2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis-ODSs**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html>. Acesso em: 05 maio 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - MDS. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília: CADÚNICO, 2021. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/. Acesso em: 16 mar. 2023.

MINCER, J. **Investment in Human Capital and Personal Income Distribution**. *The Journal of Political Economy*, v. 66(4), p. 281–302, 1958.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO- MT. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MUKAKA, M.M. **Statistics Corner: A guide to appropriate use of Correlation coefficient in medical research**. In: Malawai Medical Journal. 2012.

NAKABASHI, L.; SALVATO, M. A. **Human capital quality in the Brazilian states**. Revista Economia, 2007.

PARÁ. **Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Pará, 2015. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/PEE/PAPEE.pdf>. Acesso em: 13 de abr. 2023.

PARÁ. **Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará, 2020**. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), 2020, 30 p.

PARÁ. **Decreto estadual nº 2.044, de 03 de janeiro de 2021**. Institui a Política Estadual de Incentivo à Vacinação contra a COVID-19; e revoga o Decreto Estadual nº 800, de 31 de maio de 2020. Pará, 2021. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/egislacao/?id=423836#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20de,31%20de%20maio%20de%202020.&text=IV%20%2D%20normalizar%2020de>. Acesso em: 11. De abr. 2021.

PARÁ. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ. **Resolução nº 20, de 18 de janeiro de 2021**. CEE-PARA, 2021. Disponível em: <http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20202021%20CEEPA0.pdf> . Acesso em: 04 de abr. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Brasília: PNUD, 2015. Disponível em <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/acompanhando-agenda-2030> Acesso em: 18 abr. 2023.

ROMER, P. **Human Capital and Growth: Theory and Evidence**. Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy. Anais...North Holland: 1990.

SCHULTZ, T. W. **Investment in human capital**. The American Economic Review, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Brasília: SINCOFI, 2021. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> . Acesso em: 20 mar. 2023.